

A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia

LUÍS RAPOSO*

RESUMO

D. Fernando de Almeida foi o terceiro director na história do Museu Nacional de Arqueologia (depois de José Leite de Vasconcellos e de Manuel Heleno), tendo exercido funções entre 12 de Dezembro de 1966 e 28 de Novembro de 1973. O presente artigo, elaborado por ocasião da comemoração do seu centenário do nascimento, pretende fazer um resumo crítico da sua acção à frente do Museu. Assinalam-se sucessivamente os seguintes aspectos: estudo de colecções, reorganização da biblioteca, edição de "O Arqueólogo Português", instalação de estruturas laboratoriais, revisão de quadros de pessoal, criação de um serviço educativo, modernização da exposição permanente, definição de um novo programa do museu. Salienta-se em especial, em todos estes domínios, o seu espírito cientificamente moderno e a sua extraordinária abertura às novas gerações de investigadores, que pela primeira vez tiveram acesso franco a numerosas colecções mantidas inéditas durante décadas.

Palavras-chave: História da Arqueologia – Museu Nacional de Arqueologia – D. Fernando de Almeida.

ABSTRACT

D. Fernando de Almeida was the third director of the Museu Nacional de Arqueologia (after José Leite de Vasconcellos and Manuel Heleno), his tenure lasting from 12 December

* Director do Museu Nacional de Arqueologia, Mosteiro dos Jerónimos, Praça do Império, 1400-206 Lisboa.
E-mail: director@mнарqueologia-ipmuseus.pt

1966 to 28 November 1973. The present article, written to commemorate the centenary of his birth, makes a critical assessment of his work at the Museum. The following aspects of his work are discussed: study of the collections, reorganisation of the library, continued publication of the "O Arqueólogo Português", the establishment of research laboratories, reforms in the personnel structure, creation of educational services, modernisation of the permanent exhibition and the elaboration of a new museum programme. Deserving especial relevance were his modern scientific mind, in all of these areas, and his extraordinary openness to the younger generations of researchers who, for the first time, had a real access to the collections that had previously been inaccessible for decades.

Key-words: History of Archaeology – Museu Nacional de Arqueologia (National Museum of Archaeology, Lisbon) – D. Fernando de Almeida.

A antiguidade e o prestígio alcançados pelo actual Museu Nacional de Arqueologia ao longo da sua mais do que centenária existência têm dado origem a diversos estudos relacionados com a sua história e o seu papel no conjunto da sociedade portuguesa, alguns dos quais de grande fôlego (v., por exemplo, Vasconcelos, 1915; Machado, 1965 ou Gouveia, 1997). Os próprios funcionários da instituição foram objecto de investigação biográfica, mais ou menos desenvolvida. Está neste caso, e desde logo, a vastíssima bibliografia sobre ou de homenagem ao fundador e primeiro director do Museu (v., por exemplo, o livro comemorativo do centenário do seu nascimento: *José Leite de Vasconcellos* 1960). Mas seriam igualmente de referir as notas, notícias e comentários críticos publicados em relação ao segundo director, Manuel Heleno (v., por exemplo, Castelo Branco, 1970), ou a investigadores de renome, como foi o caso de Luís Chaves (v. por exemplo, Neto, 1978), entre outros.

Deve, no entanto, reconhecer-se que escasseiam ainda os estudos, tanto no plano institucional como no plano da acção pessoal, referentes a directores e funcionários de épocas mais recentes. Dos primeiros e relativamente aos já falecidos existem, é certo, notas evocativas ou até volumes de homenagem: citem-se, para o caso de D. Fernando de Almeida (que exerceu estas funções entre 12 de Dezembro de 1966 e 28 de Novembro de 1973), a pequena notícia incluída na revista do Museu (Matos, 1983), a evocação realizada em Castelo Branco por Justino Mendes de Almeida (Almeida, 1985) e o volume especialmente editado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (*In Memoriam Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, 1984-1988*); para o caso de Manuel Viegas Guerreiro (que exerceu estas funções entre 25 de Abril e 16 de Junho de 1974), as suas diversas evocações em revistas e jornais (Fonseca e Ferreira, 1997; Raposo, 1997), assim como os volumes da

Revista Lusitana (1997) e da revista *Stilus* (2000) que lhe foram consagrados; e para o caso de João Manuel Bairrão Oleiro (que exerceu estas funções entre 17 de Junho de 1975 e 1 de Fevereiro de 1977), os volumes de homenagem (*Conimbriga*, 32-33, 1993-1994; *Miscellanea em Homenagem ao Prof. Bairrão Oleiro*, 1996) e as notas publicadas em revistas especializadas (A. Alarcão, 2000), inclusive na do Museu (J. Alarcão, 2000). Mas em nenhum destes trabalhos foi suficientemente desenvolvida e documentada a acção específica que tiveram no exercício das suas funções directivas neste Museu.

A lacuna referida é especialmente sentida no caso de D. Fernando de Almeida, terceiro director e cujo mandato durou o tempo suficiente para deixar impressa no Museu a marca indelével da sua acção. A presente nota, elaborada no âmbito da sessão evocativa do centenário do seu nascimento, em tão boa hora promovida pela Câmara Municipal de Fundão¹, visa prestar um primeiro contributo para a superação desta falta de dados e por isso a faço acompanhar de um acervo documental que reputo do maior interesse histórico e cujos originais se guardam no Museu.

A evocação de uma personalidade a que atribuímos especial significado, assim como da sua actividade numa qualquer dimensão da sua vida profissional, pode e deve talvez ser feita no plano estritamente racional, com a distância analítica que o ofício de historiador nos recomenda cultivar. Tal não é, porém, inteiramente possível quando existam ainda laços emotivos pessoais ligando o historiador à pessoa historiada. É este exactamente o meu caso, quando penso em D. Fernando de Almeida, que conheci e aprendi a admirar e por quem senti a especial afeição do aprendiz relativamente ao perfil tutelar de um Mestre, cujos ensinamentos me penaliza ter em grande parte perdido, devido a diferenças geracionais e a vicissitudes da história, ambas arreliantes.

¹ Sessão que teve lugar em 28 de Novembro de 2003 no Salão Nobre dos Paços do Concelho daquela cidade, de acordo com o programa a seguir indicado:

Painel I – “D. Fernando de Almeida: o Homem e o seu tempo” (moderadores António Salvado e Joaquim Candeias da Silva); Martín Almagro Gorbea, “D. Fernando de Almeida”; Joaquim Veríssimo Serrão, “Uma saudosa lembrança de D. Fernando de Almeida”; Luís Raposo, “A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”; Amílcar Guerra, “D. Fernando de Almeida e a epigrafia da Beira Baixa”; António Lourenço Marques, “D. Fernando de Almeida nos Caminhos da Medicina”.

Painel II – “D. Fernando de Almeida: Geografias do saber” (moderadores: Ana Margarida Ferreira e Pedro Carvalho); M. Justino Maciel, “Entre o Romano e o Visigótico: o inovador contributo científico de D. Fernando de Almeida”; Maria Maia e Manuel Maia, “D. Fernando de Almeida no testemunho de dois seus ex-alunos”; Primitiva Bueno e Rodrigo de Balbin Berhmann, “D. Fernando de Almeida y el megalitismo: Una investigación sin fronteras”; José d’ Encarnação, “D. Fernando de Almeida, o Mestre, o Epigrafista”; Raquel Vilaça, “Arqueologia na área da Barragem Marechal Carmona (Idanha-a-Nova): o caso de Cabouca”.

Lançamento do livro “De Trebaruna a Vitória. Ensaios de História, Arqueologia e Património” (colectânea de textos de D. Fernando de Almeida), edição da Câmara Municipal do Fundão (apresentada por Armando Coelho Ferreira da Silva).

Tentarei, em todo o caso, usar da objectividade possível, mas seja-me permitido começar pelo lado mais emocional, deixando para depois o lado racional, em que a minha análise se baseia unicamente em documentos e obras.

Ao preparar esta intervenção comecei por me perguntar a mim próprio acerca do *quando* e *onde* tinha eu conhecido o Professor D. Fernando de Almeida, de quem fui aluno na Faculdade de Letras de Lisboa apenas por alguns breves meses, no meu primeiro ano de curso, no ano lectivo de 1972/1973, mas com quem já privara antes. Realizei assim (e pela primeira vez, devo confessar) um exercício de memória e recolha documental que foi também um reconfortante regresso ao meu próprio passado e ao sentido que a minha vida profissional tomou desde tenra juventude. Agradeço-vos por inadvertidamente mo terem suscitado.

Conheci pela primeira vez D. Fernando de Almeida em Maio de 1970, tinha eu acabado de fazer os 16 anos há dois meses e frequentava ainda o 5.º ano do Liceu D. João de Castro. Por influência de um professor mais activo, jornalista e arqueólogo, o Dr. João Salvado, inscrevi-me no núcleo de arqueologia ali constituído e logo depois consegui ser aceite, frequentar e obter diploma de aprovação (com a média final de 14 valores...) no 3.º Curso de Iniciação à Arqueologia promovido pela Mocidade Portuguesa, que "O Arqueólogo Português" desse ano (3.ª série, vol. IV, pág. 314-316), retomando informação de jornal, noticiava, afirmando dirigir-se a "estudantes universitários". Entre os professores contava-se o senhor D. Fernando. Recordo-me ainda do seu inconfundível trato, de uma séria afabilidade, matizada com elegante boa satisfação, durante as lições que nos ministrou em Tróia, local onde acantonámos durante três dias. Posso dizer que despertei para a arqueologia nessa ocasião.

Comecei depois a frequentar com alguma assiduidade os museus de arqueologia lisboetas. O contacto com os professores do dito curso foi-me permitindo fixar um terreno de eleição – a Pré-história – e introduziu também o meu espírito rebelde aos pequenos e grandes dramas da arqueologia e dos arqueólogos nacionais. Isto levou a que desse pela primeira vez azo à minha vocação polemista, escrevinhando um contundente artigo de jornal, publicado pelo oposicionista "Diário de Lisboa" (11 de Dezembro de 1971) com um título que ainda hoje manteria actualidade: "Um passado sem futuro? O muito que falta em Portugal à arqueologia e aos arqueólogos". Nele me revoltava, a dado passado, contra o amadorismo em que a arqueologia vinha sendo feita. E, suponho que baseado em informação prestada pelo saudoso Octávio da Veiga Ferreira, sentenciava: "Se nos lembrarmos que o director do Museu Nacional da Arqueologia ganha pouco mais do que o gasta na gasolina para as suas deslocações ao museu, facilmente nos apercebemos das dificuldades materiais que se deparam a quem se quer

dedicar exclusivamente ao estudo da ciência arqueológica". Diga-se a propósito que, conhecendo eu agora com todo o detalhe a situação real existente à altura, a qual adiante referirei sumariamente, tal afirmação era rigorosa, embora não desse a devida ênfase à perspectiva em que o cargo de director do Museu era então encarado, em acumulação com o de Professor Catedrático de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

Deste episódio jornalístico decorreu o segundo encontro que recordo com D. Fernando de Almeida. Vendo-me no Museu, e reconhecendo-me, dirigiu-se-me para repreender com bonomia e afecto quase paternal a minha irreverência: certos assuntos, mesmo verdadeiros, não deveriam ser tratados nos jornais. Não sei ainda hoje se aprendi a lição. Talvez não, porque sou fruto de uma geração de luta e revolta, que só a sabedoria do envelhecimento consegue moderar. Mas confesso que esta intervenção acolhedora do Mestre junto do garoto que eu era ainda, me impressionou fortemente e contribuiu em elevado grau para o reforço do respeito que para com ele já sentia.

As minhas idas ao Museu de Belém eram então cada vez mais frequentes. Terá sido aí que, pela primeira vez, travei conhecimento, com os jovens membros de um grupo interessado nos estudos sobre o Paleolítico, dirigidos por Vítor Oliveira Jorge, estudante finalista de História. Visitei-os ainda na cave que ocupavam num prédio junto ao Instituto Superior Técnico; julgo que estive presente quando D. Fernando de Almeida também os visitou. Entusiasmei-me com as perspectivas teóricas daqueles jovens, então fortemente influenciadas pelos métodos analíticos e pelo estruturalismo; fiz por ser admitido entre eles e fui-o, de facto. Recordo-me do que foi talvez a primeira acção em que participei: a mudança para o Museu de Belém, onde o director acabara de colocar à nossa disposição uma sala, depois do que viu na visita à tal cave. Uma vez no Museu, o Grupo tornou-se mais consistente e mudou de nome, passando a designar-se por Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP). Mais uma vez a minha faceta jornalística veio à tona e dei imediatamente notícia deste desenvolvimento em extensa reportagem, ricamente ilustrada com fotografias obtidas no Museu e publicada no suplemento juvenil do jornal situacionista "Época", diário onde entretanto me tinha sido oferecida a oportunidade de fazer de repórter e possuir uma coluna de arqueologia (oportunidade que um jovem como eu, revoltado mas não politizado ainda, logo aproveitara, independentemente de quaisquer enquadramentos ideológicos). Intitulava-se essa reportagem "No Museu Nacional da Arqueologia: um grupo de estudantes dispostos a continuarem a obra que iniciaram: O Grupo para o Estudo do Paleolítico Português". A atenção e o carinho de D. Fernando de Almeida para com o Grupo era aí

especialmente enfatizada e servia de mote ao artigo (“apreciei tanto o trabalho dos ‘cavistas’ que até os vou levar para o Museu de Belém”, teria ele dito). Hoje, mais uma vez, posso confirmar em absoluto esta postura do nosso homenageado. No seu último caderno de apontamentos, guardado no Museu, registou ele os tópicos da sua intervenção a realizar no Museu, alguns meses depois, em 4 de Agosto de 1972, por ocasião da visita do Centro Piloto de Arqueologia (entidade a que igualmente pertenci até à minha adesão ao GEPP). Nesses tópicos inclui expressamente uma referência ao “grupo do Paleolítico” e à tese de licenciatura de Vítor Oliveira Jorge, acabada de aprovar com a classificação extraordinária de 20 valores. E também na intervenção que realizou na Faculdade de Letras de Lisboa no dia da sua jubilação, em 28 de Novembro de 1973², passam hoje 30 anos, não se esqueceu de fazer referência aos jovens do Paleolítico e das gravuras rupestres de Fratel, no Tejo, entretanto descobertas, colocando-os entre os benefícios que deixava no Museu.

Eis aqui algumas das minhas razões, das nossas razões, para o apreço que tínhamos por D. Fernando de Almeida. A tal ponto que todos nós, jovens aprendizes de arqueólogos, mesmo os mais politizados e enfrentando a incompreensão de alguns colegas mais radicais (tenha-se em conta a situação política vigente e as funções de direcção da Faculdade de Letras de Lisboa, logo, incarnação do Poder, que o Professor D. Fernando de Almeida representava em quem realmente não o conhecia), não hesitássemos em subscrevermos conjuntamente com outros um pouco mais velhos, já licenciados, a colecta para lhe oferecer uma medalha de agradecimento nesse mesmo dia da sua jubilação, à tarde, quando se deslocou ao Museu.

Permitam-me, enfim, que encerre esta minha recordatória mais emocional, baseada em testemunho pessoal, pela referência ao meu primeiro artigo científico, publicado em conjunto com três outros amigos, colegas do Liceu e da Faculdade – João Madeira, João Ludgero Gonçalves e Rui Parreira –, tendo por assunto os achados da Idade do Bronze que fizéramos nas imediações do *tholos* do Barro, no Monte da Pena. Ainda aqui sinto profunda gratidão pelo Professor D. Fernando. Não apenas e tal como afirmamos no dito artigo ele se prestou a patrocinar, perante a poderosa e distante 1.ª Sub-Secção da 2.ª Secção da Junta Nacional da Educação, as nossas humildes sondagens no local, como depois nos abriu as portas da revista do Museu, de tal sorte que hoje posso ter o gratíssimo prazer de afirmar

² “Como segui da anatomia à arqueologia. A minha passagem da medicina, que exercia em tempo completo à arqueologia, também em tempo completo”, texto que reproduzo na íntegra em anexo, dada a sua importância histórica.

ter o meu baptismo autoral de arqueologia sido concretizado em "O Arqueólogo Português", no último volume da série dirigida por D. Fernando de Almeida.

Seguramente fui já demasiado longo, centrando-me excessivamente na minha recordação de D. Fernando Almeida. Ora, o que me propunha aqui falar é de algo diverso: o seu papel à frente de uma instituição que hoje tenho o enorme privilégio de dirigir, sucedendo-lhe assim de algum modo, obviamente muito diminuído pela sensação de pequenez que tenho relativamente não apenas a ele como a todos os que me precederam, com especial relevo para os verdadeiros "pais fundadores" que fizeram o Museu, conduzindo-o desde a Monarquia aos alvares da actual República Democrática.

Por menos conhecido que talvez seja e por mais curto que tenha sido, quando comparado com o dos dois directores anteriores, nem por isso o mandato de D. Fernando de Almeida foi menos relevante para o então Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, assim renomeado em 18 de Dezembro de 1965 (por força do Decreto-Lei n.º 46785, que reorganizava o sistema de museus portugueses), cerca de um ano antes da sua tomada de posse, mas quando o anterior director, o Prof. Manuel Heleno, tinha já cessado funções.

Para que melhor se compreenda a importância do seu mandato é preciso começar por apresentar alguns dados essenciais acerca da situação do Museu por ele encontrada, em meados dos anos 60 do século passado.

No interregno que mediou entre a cessação de funções de Manuel Heleno e a tomada de posse de D. Fernando de Almeida, o Museu foi na prática dirigido pelo auxiliar de naturalista João Saavedra Machado e é este que nos oferece elementos importantes de avaliação nos ofícios e relatórios que, "pelo director", foi realizando nesse intervalo. Num deles, em resposta a artigo de imprensa muito crítico acerca do Museu, publicado no "Diário de Notícias" de 21 de Outubro de 1966 (ou seja, menos de três meses antes da tomada de posse do novo director), assumia Saavedra Machado, em tom magoado, a defesa da situação existente: à crítica da identificação das peças em exposição, tida por antiquada, dizia que "as legendas não são antiquadas. É um estabelecimento científico e como tal tem que se conformar com a nomenclatura universalmente adoptada"; quanto à ausência de textos em língua estrangeira, reconhecia que "não tem efectivamente letrados em língua estrangeira, nem precisa disso, porque a nossa nomenclatura arqueológica se assemelha muito à francesa"; relativamente à repetição das colecções, postulava que "as colecções não se repetem nem se misturam. Como é um museu nacional, a sua documentação tem de referir-se a todo o território português dentro de cada época"; etc. É possível que houvesse algum exagero na notícia do jornal e alguma razão na réplica que suscitou. Mas esta denota, com toda a evidência,

uma óbvia falta de sensibilidade para a renovação do Museu, na perspectiva da adopção das modernas linguagens museográficas.

Também no plano dos quadros de pessoal, a situação era então quase inacreditável. No relatório preparado pelo mesmo funcionário para fazer o ponto de situação ao novo director, fazia-se a listagem completa dos funcionários, 9 no total: 3 membros do chamado “pessoal técnico” (auxiliar de naturalista, desenhador e preparador); 4 membros do chamado “pessoal menor” (contínuo, 2 guardas e servente, este muito afectado já por doença); 2 membros do chamado “pessoal eventual” (auxiliar de vigilância e auxiliar de biblioteca). A estes acrescentavam-se 4 “colaboradores em regime eventual”, ou seja, pagos à tarefa e em regime de tempo parcial. Tratava-se de um estado de coisas tão confrangedor que se faziam observações como esta: “ao Domingo tem de estar sempre um dos três seguintes funcionários superiores: auxiliar de naturalista, desenhador ou preparador. O ajudante de preparador vem sempre aos Domingos para auxiliar a vigia do Museu”; ou ainda como esta: “caso fosse possível, o pessoal superior precisava de batas apropriadas para poupar os fatos no contacto com o material arqueológico, etnográfico e antropológico”. A escala salarial, igualmente surpreendente, distribuíase entre um vencimento máximo de 2751\$00, auferido pelo auxiliar de naturalista, e os 675\$00 auferidos pelos auxiliares de vigilância e de biblioteca. O director limitava-se a receber uma gratificação mensal no valor de 600\$00.

É claro que estas referências estão longe de retratar a riqueza institucional, de acervo, prestígio social e potencialidade do Museu. Nem tão-pouco podem servir para diminuir a direcção anterior, que muito contribuiu também para o engrandecimento da Casa e verdadeiramente lhe deu a dimensão e o estatuto arqueológico que ainda hoje possui. Mas forçoso é reconhecer que o Museu de Belém estava então como que paralisado no tempo e foi esse o enorme desafio que D. Fernando de Almeida teve pela frente.

Vejamos de seguida em maior detalhe a sua acção, referindo sucessivamente, sem pretendemos estabelecer uma ordem de prioridades, os seguintes aspectos: estudo das colecções, reorganização da biblioteca, edição de “O Arqueólogo Português”, criação de um serviço educativo, instalação de estruturas laboratoriais, revisão dos quadros de pessoal, modernização da exposição permanente, definição de um novo programa para o museu.

1. ESTUDO DE COLECÇÕES

A par dos cuidados havidos com a reorganização da biblioteca, citados adiante, talvez a primeira preocupação de D. Fernando de Almeida ao tomar posse do

lugar de director do Museu tenha sido a do relançamento (em muitos casos, início) do estudo do seu riquíssimo acervo. Com efeito, logo em 16 de Março de 1967, em ofício dirigido ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, tendo por motivo central a proposta do estudo e publicação do Cancioneiro de Fernandes Tomás (o que veio a ser feito, como é do conhecimento público), ele afirmava em consideração preambular: “Conforme já tive ocasião de informar verbalmente V. Exa. o meu primeiro cuidado ao tomar conta da direcção do Museu Nacional da Arqueologia e Etnologia (Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos), foi distribuir desde logo, por investigadores idóneos, uma primeira parte do muito material que ali se encontra ainda por estudar; ele é o resultado de aquisições valiosas dos dois ilustres directores que me precederam, mas a quem o tempo faltou para concluir as suas grandes obras.”

Esta prioridade é reafirmada em sucessivas ocasiões, até ao momento do discurso de jubilação onde, feito o balanço, reafirma, com justificado orgulho, que “os materiais recolhidos no Museu foram oferecidos, para estudo, aos cientistas que se lhes quiseram dedicar ou organizar o respectivo catálogo. São cerca de doze investigadores que ali têm trabalhado.”

Para a concretização desta sua linha programática D. Fernando de Almeida começou numa primeira fase por nomear um conjunto de conservadores-adjuntos, figura inteiramente nova na história do Museu. Mais tarde, procura repetidamente inscrever este tipo de colaboração benévola no quadro de um Centro de Estudos Arqueológicos apoiado pelo Instituto de Alta Cultura, sucessor de um Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos criado em 1942 por iniciativa da direcção do Museu, mas praticamente sem actividade e sem financiamentos oficiais desde que a parte histórica se cindira³, depois da passagem à reforma de Manuel Heleno.

Numa das últimas diligências superiores para a obtenção de apoios financeiros para os investigadores incluídos neste Centro, D. Fernando de Almeida afirmava em ofício datado de 6 de Março de 1973, sob o título “Proposta para Bolseiros do Centro de Estudos Arqueológicos do Instituto de Alta Cultura (a funcionar no Museu Nacional da Arqueologia e Etnologia, de Lisboa)”: “O volume de materiais arqueológicos inéditos arrecadados no Museu de Belém (Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia), é de tal forma vultuoso que se torna necessária a organização de um grupo de estudiosos para o ir revelando, enriquecendo assim o património nacional. Infelizmente, tendo sido a grande maioria dessas peças

³ Esta encontrava-se entretanto sediada na Faculdade de Letras de Lisboa, sob direcção de Virginia Rau.

recolhidas pelo falecido Prof. Manuel Heleno, muito pouco sabemos sobre as condições e lugares dos respectivos achados. Sei que o dito Professor possuía cadernos de campo onde anotava os necessários pormenores para integração dos materiais recolhidos na época e no espaço que lhes correspondiam; mas, até agora, têm sido vãos todos os esforços desenvolvidos ao longo dos últimos cinco anos para consultar esses elementos. Entre os materiais (o Museu conta cerca de 130 mil peças) há muitos que podem ser estudados mesmo sem o auxílio dos cadernos de campo; e se estes um dia aparecerem, facilmente se farão as eventuais correcções. Estão neste caso aqueles que se sabe, de certeza, qual a estação a que pertencem; por exemplo, moedas romanas recolhidas nas escavações de Tróia, placas de xisto recolhidas em dólmenes do Alto Alentejo, etc. Não é tudo, mas já será uma indicação a dar. Os materiais inéditos do Museu foram distribuídos, para estudo e publicação, por arqueólogos e licenciados em história, com elaboração de teses sobre, no todo, ou em parte, materiais inéditos guardados no Museu. Naturalmente que a minha colaboração dentro do trabalho em vista, está sempre à disposição de quem a pedir; e em alguns casos, permitir-me-á orientá-la de acordo com o investigador.”

Segue-se a indicação da lista de colaboradores/bolseiros a contemplar. Vale a pena reproduzi-la, fazendo notar como ela inclui em pé de igualdade arqueólogos curricularmente já credenciados e jovens finalistas ou recém-licenciados: Vítor Oliveira Jorge (Paleolítico Inferior), Georges Zbyszewski, Octávio da Veiga Ferreira e Abade Jean Roche (Paleolítico Superior), Manuel Farinha dos Santos (Mesolítico e Neolítico), novamente Octávio da Veiga Ferreira (Campaniforme), Victor dos Santos Gonçalves (Dólmenes), José Morais Arnaud (Idade do Ferro), Maria Adelaide Garcia Pereira (“terra sigillata” de Tróia), Maria Elisabeth Cabral (lucernas romanas), Manuel Maia (cerâmica comum romana), Jorge Alarcão (vidros romanos), Mário de Castro Hipólito (tesouros monetários romanos), Maria Luísa Abreu Nunes (moedas romanas). Noutras exposições do mesmo tipo, feitas anteriormente, já tinham igualmente sido incluídos investigadores tais como José Marinho, José Luís de Matos ou Maria Manuela Alves Dias.

Este apoio muito activo ao estudo das colecções no Museu foi, aliás, acompanhado por idêntica atitude relativamente ao patrocínio de trabalhos de campo, sobretudo por parte de jovens investigadores. Eu próprio beneficiei dessa prática, como já indiquei. Mas antes de mim, e muito mais do que eu, outros o fizeram: os trabalhos de Victor dos Santos Gonçalves, no castro da Rotura, ou de António Cavaleiro Paixão, no Olival da Parvoíce, a sul da Igreja dos Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, são disso exemplo. A acção de D. Fernando de Almeida neste domínio é verdadeiramente central para a história da arqueologia

portuguesa e teve repercussões no Museu, porque muitas das colecções assim recolhidas acabaram por nele dar entrada. Vale a pena transcrever um requerimento datado de 1970, onde D. Fernando de Almeida apresentava e subscrevia perante a Junta Nacional da Educação uma proposta de trabalho de campo de um grupo de jovens realizado na zona de Almodôvar. Afirmava ele: “durante muitos fins-de-semana para ali se deslocaram; calcorrearam montes e vales à procura de materiais arqueológicos ou notícias de achados; anotaram tudo o que viram e elaboraram um relatório para ser entregue à Junta Nacional da Educação, onde se dá conta de quantas estações visitaram e classificaram... Julgo ser de apreciar e louvar este grupo de futuros arqueólogos pelo entusiasmo e persistência a que se dedicam desde há vários meses não só quasi todos os fins-de-semana, mas continuando no campo dias seguidos. Pretendem continuar a colaborar com o signatário; mas agora desejamos, em um ou outro lugar, proceder a escavações metódicas. O Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia prestará também a colaboração que julgar oportuna e eficiente. Nesta primeira fase pretende-se, somente, aprofundar o que for possível e útil fazer em um ou outro ponto, nos concelhos de Alcútem, Loulé e Almodôvar”. Segue-se a identificação dos co-requerentes: Maria Adelaide de Figueiredo Garcia Pereira, Manuel Maria da Fonseca Andrade Maia, Maria Manuela de Brito Alves Dias, Luís Manuel de Mendonça Vaz Coelho e José Manuel Morais Arnaud.

Grande parte do resultado de toda esta orientação encontra-se expresso tanto nas páginas da revista do Museu, “O Arqueólogo Português”, como na própria remodelação da exposição permanente, aspectos que referiremos mais à frente.

2. REORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

Esta vertente de trabalho constitui a outra imediata prioridade de D. Fernando de Almeida no seu novo lugar de director do Museu. Afirma-o quase como desabafo pessoal em algumas cartas a colegas e amigos (“Continuo no Museu de Belém, sem por enquanto lhe poder dar mais notícias, além de estar a Biblioteca em completa reorganização...” refere, por exemplo, em carta ao seu grande amigo António Garcia y Bellido, datada de 12 de Setembro de 1967) e retoma-o sucessivamente, até ao seu discurso de jubilação na Faculdade de Letras de Lisboa, onde considera que “ao tomar posse [do Museu] a minha primeira preocupação foi organizar completamente a sua rica biblioteca especializada substituindo as estantes e convidando uma senhora bibliotecária arquivista para levar a bom termo os trabalhos indispensáveis para bem servir os estudantes”. A bibliotecária aqui referida, Maria Isabel de Noronha Guedes Coelho Loff, fora efectivamente

contratada em regime de serviço eventual em 1967 e procedera a um programa muito completo de desinfestação geral das salas, aquisição de ficheiros, arquivos metálicos e equipamento diverso (máquina de escrever, duplicador), reparação de equipamento existente, reorganização geral do acervo, iniciando a catalogação sistemática (onomástica e ideográfica) segundo a Classificação Decimal Universal (CDU).

A importância da biblioteca inscrevia-se, como adiante veremos, na concepção mais ampla de D. Fernando de Almeida relativamente ao papel e às atribuições do Museu, tendo expressão tanto no plano das permutas obtidas através da edição regular de "O Arqueólogo Português", como nas linhas programáticas estabelecidas para a remodelação e eventual mudança de instalações.

3. EDIÇÃO DE "O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS"

O relançamento da revista "O Arqueólogo Português", fundada em 1895 e editada sem grandes sobressaltos até à reforma de José Leite de Vasconcelos, mas depois publicada com grande irregularidade, representa seguramente o terceiro pilar, e porventura o mais visível publicamente, da acção de D. Fernando de Almeida à frente do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

Após ter assegurada a publicação de um volume já pronto, recebido da direcção anterior, e de ter liquidado os montantes por satisfazer, acumulados do antecedente, D. Fernando decide-se pelo lançamento de uma nova série da revista, a 3.ª série. Em "Preambulo" muito sóbrio ao primeiro volume desta série, afirma designadamente: "ao ser-nos entregue a direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos), um dos primeiros cuidados que tivemos foi o de tentar publicar, regularmente, a sua prestigiosa revista "O Arqueólogo Português"; "prestamos rendidas homenagens aos nossos ilustres antecessores e esperamos vir a dar, à sua revista, a continuidade e o nível a que nos obriga o lugar que agora ocupamos".

A revista viria depois a retomar a sua regularidade, tendo saído em cada ano um volume, no total de seis, entre 1967 e 1972. A lista de autores que neles participam é por si confirmativa quer do impacte que tiveram as orientações estabelecidas em matéria da retoma do estudo das colecções do Museu, quer do prestígio nacional e internacional granjeado pela revista. Citemos alguns, para além do próprio D. Fernando de Almeida, obviamente: Georges Zbyszewski, Octávio da Veiga Ferreira, Jean Roche, José Rodrigues Marinho, Margarida Ribeiro, António Tavares, Maria Amélia Horta Pereira, Edward Sangmeister, Hermanfrid Schubart, Leonel Trindade, Maria Cristina Santos, Jorge Alarcão, Justino Mendes de Almeida, Seomara da Veiga Ferreira, Manuel Farinha dos

Santos, o chamado “grupo do Bombarral” (Antero Furtado, António Maurício, Vasco Cortes e Jorge de Almeida Monteiro), José Luís de Matos, Victor dos Santos Gonçalves, Maria Manuela Alves Dias, Caetano de Melo Beirão, Luís Coelho, José Morais Arnaud, Vítor Oliveira Jorge, Maria Adelaide Garcia Pereira, António Maria Mourinho, Eduardo da Cunha Serrão, Francisco Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria de los Angeles Querol, Susana Oliveira Jorge, Manuel Leitão, Carlos T. North, Teresa Júdice Gamito, Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva, Luís Raposo, Rui Parreira, João Ludgero Gonçalves, Martin Höck, etc.

O êxito da revista foi tanto que as suas tiragens subiram dos 300 exemplares anteriores, para 1000 exemplares e, no final da série, para 1500 exemplares (valor que hoje se mantém). Em carta dirigida ao Reitor da Universidade de Lisboa em 12 de Dezembro de 1969, D. Fernando de Almeida já assinalava este sucesso: “esta série, de formato mais reduzido, agradou a todo o público leitor do País e do estrangeiro, e o seu custo e a sua ampla tiragem enquadra-se mais na verba orçamental atribuída e este Museu”, afirmava. Mais tarde na sua “Despedida” da revista, incluída no último volume por si dirigido (o sexto), afirmava que “dela me despeço tendo consciência de haver desempenhado o espinhoso cargo o melhor que me foi possível fazê-lo”. Sublinhava algumas das modificações que introduzira (novas secções, índices remissivos, etc.), para depois acrescentar, com a modéstia que todos lhe conhecemos: “Certamente, outros melhoramentos ficaram por fazer, como é de regra nestes casos. A ciência e a investigação giram em contínuo movimento: os órgãos de comunicação devem acompanhá-las e, para isso, devem manter-se em movimento constante. Só assim “O Arqueólogo Português” será digno do seu fundador, sempre presente nesta Casa e que se chamava José Leite de Vasconcelos.”

Nunca é de mais salientar a importância da acção de D. Fernando de Almeida neste domínio, aliás, e como já sublinhei, conexo com o do enriquecimento e actualização da biblioteca e com o próprio reconhecimento nacional e internacional da actividade do Museu⁴. Faço notar que a regularidade de publicação voltou a perder-se depois de terminado o seu mandato, já que um último volume da mesma 3.^a série da revista, VII a IX, apenas viria a ser dado à estampa em 1977

⁴ Nestes particulares, haveria igualmente que salientar a importância de quatro outras dimensões da sua actividade, a saber:

- a) o papel desempenhado na organização de reuniões científicas, tais como o programa em Portugal do XI Congresso Arqueológico Nacional espanhol, que teve lugar entre 31 de Março e 3 de Abril de 1969, ou as duas primeiras edições das Jornadas da Associação dos Arqueólogos, em 1969 e 1972, isto sem falar dos congressos organizados já antes do seu mandato de Director do museu, entre os quais cumpre não esquecer o lugar central que desempenhou ao assegurar o Secretariado-geral do I Congresso Nacional de Arqueologia, em 1958;
- b) o intenso contacto com a realidade arqueológica nacional, visitando locais e investigadores, um pouco por todo o País. Em 1967, por exemplo, depois da sua tomada de posse como Director do Museu, realizou as seguintes deslocações: Chões de Alompé, Reguengos de Monsaraz, Manique, Pisões, Vaia Monte, Santiago

e uma nova série, 4.^a, iniciada em 1980, apenas agora retoma a sua publicação atempada, esperemos que para assim continuar...

4. INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS LABORATORIAIS

Depois de sob a direcção de Manuel Heleno ter sido idealizado um Museu novo dotado de uma importante componente laboratorial, foi D. Fernando de Almeida que, mantendo, e reforçando até, embora esse desiderato no plano das intenções futuras, como veremos adiante, não deixou de tomar no imediato as medidas que pudessem dar início a tal objectivo, procedendo à efectiva instalação de um laboratório de conservação e restauro de bens arqueológicos.

Este processo iniciou-se em 1969, através da formação de pessoal, com o apoio do Museu Monográfico de Conímbriga, e teve continuidade nos anos seguintes. Em ofício datado de 2 de Junho de 1970 e dirigido ao Presidente da “Comissão de reapetrechamento em Material das Escolas Superiores e Secundárias”, D. Fernando de Almeida apresentava uma lista muito completa de equipamento a adquirir para o laboratório do Museu, nas áreas da conservação e restauro e da fotografia – o que veio a ser feito. Assim e não obstante as importantes limitações com que este sector sempre se defrontou no Museu, até aos anos 80 do século passado, pode incluir-se no activo de D. Fernando de Almeida a efectiva instalação do primeiro laboratório do Museu, passando do plano das intenções futuras, para o plano da acção prática, inclusive nas suas implicações em matéria de quadros de pessoal, como passaremos a ver.

5. REVISÃO DOS QUADROS DE PESSOAL

Situada num horizonte menos visível, mas nem por isso menos relevante para o Museu, situa-se toda a acção de D. Fernando de Almeida no plano da tentativa de revisão dos quadros de pessoal da instituição. Se tivermos em conta a situação pré-existente e já referida anteriormente neste texto, compreende-se bem a importância e a dificuldade deste desiderato.

Em 1969, depois de possuir a completa visão da Casa, D. Fernando de Almeida apresenta superiormente a sua proposta inicial nesta matéria: um novo

do Cacém, Monsanto da Beira, Sines, Lagos, Quarteira, Milreu, Faro, Mértola, Évora, Portimão, Idanha-a-Velha e Figueira da Foz;

c) a sua própria actividade arqueológica de campo, especialmente em locais de extrema importância científica, tais como Idanha-a-Velha, Odrinhas, Miróbriga, Tróia, Torre de Palma, Teatro Romano de Lisboa, Igreja de S. Gião, Cerro da Vila, entre muitos outros;

d) e, obviamente, os estudos subsequentemente realizados tanto sobre estes locais como sobre achados avulso ou colecções, designadamente no domínio da epigrafia e da arquitectura e arte antigas.

quadro de pessoal constituído por 19 elementos, onde pela primeira vez na história do Museu se vêem surgir as categorias de conservador de museu e seus respectivos auxiliares. Pouco êxito teve nesta sua diligência, que foi repetindo em anos seguintes, reconfigurando-a de acordo com a evolução da própria instituição.

Em 19 de Outubro de 1972, em ofício dirigido ao Director-Geral dos Assuntos Culturais, exprime com maior acutilância o sentimento que então tinha, afirmando que o quadro de pessoal “está hoje desactualizadíssimo e de modo nenhum este Museu pode funcionar regularmente devido ao desenvolvimento das novas técnicas de investigação arqueológica, ao aumento espectacular de visitantes que procuram cultivar-se através dos museus, ao avanço das técnicas de expor aliciante e didacticamente as peças ao público e de as arquivar convenientemente para os estudiosos. O Museu progrediu imenso nos últimos anos, tem o espólio mais rico do País, os seus materiais mais do que triplicaram, montaram-se laboratórios, estão a organizar-se ficheiros para as peças que jazem dispersas por todas as suas secções, está a organizar-se a biblioteca especializada – a melhor do País – de um modo actualizado, remodelaram-se várias salas de exposição, etc., mas com a orientação e participação do director do Museu que tem obtido a colaboração de bibliotecárias e outros especializados nas suas várias secções em regime de tempo incompleto, portanto sem o aproveitamento que seria desejável e com maior dispêndio económico. É ridículo que enquanto na vizinha Espanha há museus com mais de dez conservadores em cada um dos seus quadros, em Portugal o único Museu Nacional de Arqueologia nem sequer tenha um no seu quadro de pessoal técnico; tem laboratórios e não tem pessoal técnico do quadro para ali desempenhar funções; tem a melhor biblioteca especializada e nem sequer uma bibliotecária arquivista; tem a maior e mais valiosa colecção de ourivesaria arcaica da Península Ibérica e não possui guardas nocturnos armados para a vigilância; etc.”.

De toda esta exposição retira a proposta de um novo quadro, composto agora por 43 funcionários: 1 director, 5 conservadores, 1 bibliotecário, 1 químico-analista, 1 desenhador-arquitectónico, 1 fotógrafo-desenhador, 5 desenhadores e ajudantes de desenhadores, 5 preparadores e ajudantes de preparadores, 4 catalogadores, 3 guardas-nocturnos, etc.

Este terá sido talvez o domínio em que os esforços de D. Fernando de Almeida menos se conseguiram realizar. Compreendemos plenamente tanto seu esforço, como os sentimentos de desânimo que terá experimentado é nós próprios partilhámos agora no nosso dia-a-dia, em funções idênticas. A situação de gritante carência de pessoal e de adequado suporte financeiro nas instituições museológicas não é apenas de ontem: é uma fatalidade que decorre da evidente falta de sentido

cultural e cívico que colectivamente nos caracteriza e as elites dirigentes reproduzem, com devastadoras consequências ao nível dos correspondentes organismos do Estado. D. Fernando de Almeida sentiu por inteiro este drama, que aliás vivenciou também nos dois outros museus de que era director, o de Odrinhas e o de Castelo Branco. Relativamente a este último, por exemplo, escrevia ele em ofício datado de 31 de Janeiro de 1973, dirigido ao Chefe da 1.ª Repartição do Instituto Nacional de Estatística, com indisfarçável revolta: “cumpre-nos informar V. Exa. que o Museu de Francisco Tavares Proença Júnior não possui quadro de pessoal nem director remunerado. O signatário, director-conservador, não tem sequer ajudas de custo nem verba para transportes para se deslocar a Castelo Branco”.

6. CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO EDUCATIVO

À data da tomada de posse de D. Fernando de Almeida, o Museu de Belém, como ainda era vulgarmente conhecido por efeito das muitas décadas em que não existiam nas imediações outros serviços culturais organizados, orgulhava-se de ser porventura o mais visitado museu do País (em 1964, por exemplo, contabilizou 106057 visitantes, dos quais 53235 homens e 52822 mulheres). A gestão do novo director manteve essa dinâmica, abrindo muito mais a instituição aos grupos escolares e permitindo que o número de visitantes não descesse, e até subisse em alguns anos (em 1967, registaram-se 112750 visitantes, dos quais 100282 de público em geral, sendo 17555 com entradas pagas e 82727 com entradas gratuitas, e 12486 de público escolar; 1971, 106165 visitantes, dois quais 80515 com entradas gratuitas), objectivo cada vez mais difícil de alcançar à medida que outros museus iam sendo abertos por toda a capital e nas próprias imediações dos Jerónimos, deixando este de preencher quase singularmente (cite-se, em todo o caso e no mesmo plano, o Museu do Carmo, por exemplo) o lugar de passeio de fim-de-semana dos portugueses em geral e dos lisboetas em particular, como tão bem surge popularizado seja na literatura de costumes de um Gervásio Lobato, seja em jornais de actualidades e humorísticos como o “Sempre Fixe”, onde de resto o principal ilustrador, Francisco Valença, tinha no Museu o seu lugar certo e seguro de retaguarda, na qualidade de desenhador, pertencente ao quadro de pessoal.

As principais causas da manutenção destes valores (note-se que na actualidade o Museu possui muito menor número de visitantes: pouco mais de 70000 por ano) residem nas inovações introduzidas no plano expositivo (de que tratarei a seguir) e sobretudo no lançamento do primeiro sistema de serviço educativo jamais criado no Museu.

Logo em 1967 são preparadas colecções didácticas de arqueologia pré e proto-histórica (“material autêntico da Pré-história distribuído por vários tabuleiros, peças estas que podem ser manuseadas pelos alunos”), procedendo-se à realização de um curso de monitoras para um serviço educativo, dirigido pelo Director e leccionado pelos conservadores-adjuntos Manuel Farinha dos Santos e Octávio da Veiga Ferreira. Estas monitoras viriam a funcionar regularmente nos anos seguintes, em ritmo de actividade crescente. Em relatório datado de 12 de Abril de 1972 realizam o balanço dos cinco anos de actividade anterior, afirmando que “as visitas são sempre mais de carácter formativo do que informativo. O papel da monitora é o de estimular a criança para ser ela a descobrir”.

7. MODERNIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE

A par da criação de um Serviço Educativo, D. Fernando de Almeida empreendeu também um programa de modernização da exposição permanente do Museu. Foi aqui talvez mais mitigada a sua acção, por duas evidentes e intransponíveis razões: a necessidade de “dar tempo ao tempo”, procurando que o relançamento do estudo das colecções produzisse os novos saberes susceptíveis de serem traduzidos em discursos museográficos; e a indefinição estratégica que a opção pela transferência do Museu para novas instalações necessariamente trazia, conduzindo a um menor investimento nos espaços existentes.

Não obstante, adopta logo em 1967 importantes medidas de requalificação das instalações, especialmente dos espaços públicos: luz eléctrica em parte do 1.º piso, instalação de cablagens subterrâneas no piso térreo, nova instalação eléctrica nos serviços administrativos e biblioteca, pintura geral das salas adjacentes à nave principal. E estabelece o horizonte da instalação de um novo ambiente expositivo, definido nos seguintes termos: “poder-se-ia adoptar uma exposição menos acumulativa e mais atraente e instrutiva”; “importa depois utilizar guias, mapas, cartas, quadros, gráficos, dísticos, letreiros, alto-falantes e audições que expliquem e esclareçam”. A grande dificuldade para assim proceder, conclui, era a falta de espaço das instalações e daí a manutenção e reforço, como a seguir se verá, da opção por novas instalações, que vinha já da parte final do mandato de Manuel Heleno.

Se nem tudo foi feito, alguma coisa pôde todavia ser concretizada. Editou-se um “Guia do visitante”; inaugurou-se uma nova sala com vitrinas encaستoadas nas paredes, preparada para receber a colecções doadas por António Júdice Bustorff Silva a António de Oliveira Salazar e por este entregues ao Museu; modernizaram-se os espaços expositivos em geral, com a construção de novos suportes museográficos

sobretudo para objectos volumosos, apresentados sobre plintos; refez-se o conteúdo de algumas vitrinas (não sem alguns problemas com Manuel Heleno, por exemplo, que em determinada ocasião reagiu mal à apresentação pública de peças inéditas por ele recolhidas e guardadas nas reservas do Museu) e acrescentaram-se outras novas (entre as quais uma que D. Fernando de Almeida pediu expressamente aos jovens do GEPP para organizarem, dedicada ao tema que Vítor Oliveira Jorge abordara na sua Tese de Licenciatura, os conjuntos industriais de seixos afeixoados), etc. Compreende-se, pois, que, com justeza, pudesse o nosso homenageado incluir no seu discurso de jubilação também esta singela, mas substantiva referência: “iniciei uma nova apresentação de muitas peças do Museu, a título provisório, pois está em estudo a planta para o novo Museu de Arqueologia.”

8. DEFINIÇÃO DE UM NOVO PROGRAMA DO MUSEU

Chego, enfim, ao último, mas quiçá o mais ambicioso aspecto da acção de D. Fernando de Almeida à frente do Museu: a definição do programa estratégico da instituição, com a sua eventual transferência para novas instalações.

Importa recordar que esta perspectiva de fundo fora já lançada em meados dos anos 50, sob a direcção de Manuel Heleno, especialmente a partir do momento em que, por imposição do Poder Político, se decidiu abandonar o programa funcional do espaço neo-manuelino dos Jerónimos. Este previa, desde a sua origem no século XIX, a construção de novas alas a poente, norte e nascente da ala virada para a Praça do Império, delimitando assim um claustro ou pátio interior, com a afectação da totalidade do espaço ao Museu Etnológico, na óptica nacional e patriótica de constituir um “Museu do Homem Português”, tão caro a Leite de Vasconcelos, no quadro dos ideais do nacionalismo civilista típico desse período. A Ditadura Militar, porém, viria a adoptar um programa nacionalista inteiramente diverso, centrado em períodos e temas históricos onde, como seria próprio de uma época dominada por conflitos armados de dimensão global, as gestas militares adquiriam maior relevância e desmesurado simbolismo. É assim que surge, e se justifica ideologicamente, a opção pela instalação do Museu de Marinha no complexo monumental dos Jerónimos (para mais numa ocasião em que um membro do almirantado ocupava as funções de Presidente da República). Manuel Heleno resistiu como pôde (e os arquivos do Museu provam que o fez com invulgar e muito corajosa combatividade) a esta opção, que implicou em inícios dos anos 60 (no cumprimento de despacho do Ministro da Educação Nacional, datado de 11 de Novembro de 1960) o abandono da primitiva entrada no Museu Etnológico, feita através de portal situado na extremidade poente do rés-do-chão

da longa ala virada a sul (fronteira à Praça do Império), em benefício do Museu de Marinha que ainda hoje aí tem a sua porta principal e entretanto ocupou as alas poente e norte, construídas ao longo do século XX (e apenas terminadas nos anos 80). A ala nascente foi neste período também construída, mas de forma quase que precária, em cimento armado (verdadeiro atentado ao espírito do lugar), para ser entregue à Biblioteca Central de Marinha.

Perante este cenário, que se começou a desenhar ainda na década de 40, nos anos que sucederam à chamada Exposição do Duplo Centenário, Manuel Heleno conseguiu que fosse encarada seriamente a questão da eventual transferência do Museu Etnológico para novas instalações, tendo-se para o efeito começado a pensar no perímetro da nova Cidade Universitária, junto ao Campo Grande – o que fazia todo o sentido dada a vinculação pedagógica e científica do Museu àquela Universidade, à qual se encontrava anexado. Foi assim constituída em 1955 uma “Comissão para as novas instalações na Cidade Universitária”, integrada por João Pereira Dias (Director da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e Presidente da Secção de Antiguidades de JNE), Inácio Constantino do Vale (Director de Serviços da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários), João Couto (Director do Museu Nacional de Arte Antiga), Mário Chicó (professor de História da Arte na Faculdade de Letras de Lisboa e Director do Museu de Évora), Francisco dos Santos (arquitecto da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e Manuel Heleno (que exercia também as funções de relator). Desta Comissão resultou um programa museológico muito ambicioso (*Programa...* 1965) e um ante-projecto de arquitectura da autoria do arquitecto Alberto Cruz, datado de 1958, que colocava o Museu no espaço onde hoje se encontram os pólos da Faculdade de Ciências, articulando-o harmonicamente com o arranjo viário e o ajardinamento do Campo Grande.

O vasto e quase imperial museu imaginado por Manuel Heleno era à data da tomada de posse de D. Fernando de Almeida uma quase miragem, irrealizável. Mas as questões de falta de espaço mantinham-se e agravavam-se, como já referiu. O Novo director retomou, pois, esta problemática em novos moldes.

O assunto foi então objecto de apreciação em sucessivas reuniões da Junta Nacional da Educação, cabendo a Adília Alarcão a redacção de um importante parecer sobre o programa museológico do tempo de Manuel Heleno. Neste parecer, datado de 1972, entre muitas outras observações de carácter técnico, colocava-se sobretudo a grande questão do abandono da concepção leiteana original de “Museu do Homem Português”, em favor daquilo a que a realidade dera origem: um Museu Nacional de Arqueologia. Ainda hoje existe quem, com bons argumentos, discorde desta perspectiva, que veio a ser adoptada e se mantém.

Do meu ponto de vista, contudo, julgo que se tratou de uma opção não apenas inevitável, como vantajosa tanto do ponto de vista museológico como do ponto de vista disciplinar.

Desconheço qual o grau de adesão de D. Fernando de Almeida a esta proposta. Mas, dada a evolução subsequente do assunto, julgo que foi grande, embora não deixe de sublinhar a sua expressa referência na “Despedida” de “O Arqueólogo Português” ao facto de ter procurado manter sempre na revista colaborações na área da etnografia.

A verdade é que a perspectiva assim traçada fez o seu trajecto, sendo desde logo aprovada a proposta final contida no parecer de Adília Alarcão, para que a Junta Nacional de Educação promovesse uma viagem de D. Fernando de Almeida por vários grandes museus de arqueologia europeus, recentemente remodelados. Esta viagem veio a concretizar-se em Maio e Junho de 1973, tendo por destino os museus de Berlim, Munique, Bona, Colónia e Londres. Alguns outros museus em França (como o das Antiguidades Nacionais, em St. Germain-en-Laye), na Holanda e na Bélgica tinha-os entretanto já visitado D. Fernando, por iniciativa própria e sem custos para o Estado.

Depois desta viagem, D. Fernando de Almeida elabora um relatório datado de 14 de Novembro de 1973, intitulado “Apontamentos para uma base sobre a qual deverá ser elaborado o ante-projecto da planta do futuro Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia” – documento que pela sua importância para a História do Museu aqui se publica na íntegra. Trata-se, sem dúvida, de um verdadeiro testamento para os seus sucessores, recheado sugestões riquíssimas, das quais muitas mantêm ainda actualidade.

Antes do mais, estabelece D. Fernando de Almeida a distinção que considera desejável fazer-se entre um “Museu Nacional de Arqueologia” e um “Museu didáctico de Arqueologia”. O primeiro seria dirigido ao público em geral e, percebe-se nas entrelinhas, ganharia em ser eximido ao domínio tutelar da Faculdade de Letras de Lisboa; o segundo seria dirigido aos estudantes, sobretudo universitários, e deveria existir um anexo a cada Faculdade de Letras. Sendo certa a minha interpretação, esta é a primeira vez que, desde o ingresso do Museu no âmbito da Faculdade de Letras, em 1913 (quase que na qualidade de dote pessoal levado por Leite de Vasconcelos, depois de aí terem sido criadas as cátedras que ele ocuparia), se coloca abertamente a questão da sua autonomização – única via para que pudesse assumir plenamente as suas funções e o seu destino. Também nisto, D. Fernando de Almeida foi precursor.

Tratando apenas do dito Museu Nacional, o nosso homenageado passa depois à apresentação, com algum pormenor, das funcionalidades do edifício que imaginava

dever ser construído de raiz. Dispensou-me resumir os aspectos técnicos, mas permito-me chamar a atenção para duas ou três observações de carácter mais doutrinário: a defesa da gratuidade das visitas; a importância atribuída à biblioteca (concebida desde já para albergar cerca de 50000 volumes, número que, a título comparativo, verificamos ser aquele que neste ano de 2003 se prevê para as instalações iniciais da futura Biblioteca Central de Lisboa – o que dá bem a dimensão do arrojo da visão de D. Fernando de Almeida, também expresso no número de 250 a 300 lugares previsto para o auditório); o relevo dado aos aspectos relacionados com as boas condições de conservação e restauro, de exposição, enfim, de estudo das colecções, etc., etc. Em termos globais, previa-se um futuro museu com cerca de 3000 m² de exposições, cerca de 4000 de reservas, cerca de 1200 m² para áreas técnicas (laboratórios e investigação) e uma dimensão não calculada, mas seguramente significativa, para os restantes sectores (biblioteca, espaços de circulação e acolhimento, serviços administrativos, etc.), no que poderia ser facilmente alcançado um valor global de 10000 m² (quando o museu da altura mal ultrapassava os 4000 m² de área total).

Em todo este projecto, como refere D. Fernando de Almeida, “um lugar de preponderância deverá ser dado ao laboratório do museu”, que antevê dotado de grande independência estratégica, a ponto de dispor de “um director privativo”: “Deverá prever-se que o laboratório poderá trabalhar não só para o museu, mas também para os outros museus do país bem como para quem procurar a sua ajuda”. Retoma-se, pois, e amplia-se aquilo que já existia no programa de Manuel Heleno acima referido: uma estrutura laboratorial muito sólida, servindo não apenas as intervenções de conservação e restauro, mas o conjunto do desenvolvimento das modernas metodologias arqueométricas, postas ao serviço da arqueologia: radiocarbono, termoluminiscência, espectrometria, exames pela incandescência, exames radiográficos, etc. 17 gabinetes de especialidade no total, dimensão que “não é excessiva: pelo contrário, deverão existir mais 4 gabinetes de início vagos para estarem ocupados logo que novos processos ou métodos surjam e os existentes continuem a ser válidos”.

Vemos bem aqui a medida em que a acção de D. Fernando de Almeida foi precursora e mantém plena actualidade. A sua defesa da interdisciplinaridade e do profissionalismo em arqueologia era algo que nos anos 60 e 70 poderia ainda parecer devaneio utópico, reservado a jovens liceais ou universitários. Talvez por isso também, nós o admirássemos em tão elevado grau.

Não posso, pois, neste contexto deixar de transcrever as passagens do seu discurso de jubilação, onde se refere a estes aspectos. Dizia quanto à interdisciplinaridade: “Ao arqueólogo já não basta escavar e descrever o que

revelou. É necessário usar uma técnica de escavação adaptada a cada caso; procurar documentos que possam relacionar-se com a sua área a explorar; adquirir uma formação humanista integral que lhe permita conhecer pormenorizadamente a civilização que aparece representada nos objectos e construções por ele reveladas ou a revelar. Deve conhecer a bibliografia da área a explorar e do tempo em que ali teria havido vida humana; por fim, deve visitar os museus onde existem peças que lhe convenha conhecer. Há muito já que escavação só por si, não basta. Também o arqueólogo não se pode bastar a si mesmo, para ser investigador completo, dada a complexidade de elementos de que pode e deve ter noções concretas. É que há uma verdadeira série de ciências que auxiliam mais ou menos o seu trabalho. Entre outras citarei as seguintes ao correr da pena: Antropologia, Paleobotânica, Palinologia, Dentritologia, Paleozoologia, Paleopatologia, Geologia Humana, Urbanismo, Filologia, Toreutica. Naturalmente não incluo as ciências que devem fazer parte integrante da cultura humanística do arqueólogo: Epigrafia, Paleografia, Numismática, etc. No Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia deverá haver um laboratório de Arqueologia e nos museus distritais de arqueologia um pequeno laboratório para resolução de assuntos triviais."

E afirmava finalmente, quanto ao profissionalismo: "Uma escavação feita por quem não tiver um exacto e actualizado conhecimento da Arqueologia, praticará um acto de lesa-pátria! Torna-se indispensável e urgente criar a profissão de arqueólogo e integrá-la em organismo próprio... Deverão ser criados lugares para arqueólogos em todas as sedes de distrito, a serem preenchidos à maneira que forem surgindo inscrições autorizadas. As suas funções serão velarem pelo património arqueológico da sua área e executarem nela escavações onde for julgado necessário, dando preferência aos casos urgentes".

Terminarei, enfim, pela reafirmação do grande apreço que D. Fernando de Almeida realmente deixou em todos os que com ele privaram. As suas qualidades de "agente moderador", de promotor de um "equilibrado ambiente de boas relações", de "acção estimulante do progresso da investigação arqueológica", tão bem invocadas por Eduardo da Cunha Serrão no elogio que lhe fez na centenária revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Serrão, 1984-1988), expressam eloquentemente essa admiração. Mas permitam-me que vá mais longe e invoque o seu impacto deveras singular junto dos mais jovens, fossem eles os estudantes universitários e recém-licenciados que receberam plenamente o privilégio do seu magistério, fossem meros rapazes e raparigas dos liceus, que mal começavam a frequentar o ensino superior quando ele se jubilou. Entre nós chamámos "novos" aos primeiros e "novíssimos" aos segundos, nos quais eu me incluía. D. Fernando de Almeida, tendo sido talvez o último "grande senhor" da arqueologia portuguesa,

foi também o único em quem pudemos todos, “novos” e “novíssimos”, reconhecer o apoio simultaneamente austero e cordial do Mestre. Tudo o resto quase poderíamos dizer que o aprendemos por nós próprios, fora dos bancos da universidade em parte e sobretudo longe do *establishment* da época.

A vida social tem, todavia, destas ironias: democratizámo-nos tanto politicamente como no plano das mentalidades; na arqueologia portuguesa, fomos tendo cada vez mais “gente” lá onde antes apenas existiam “notáveis”... Mas sofremos crescentemente nos nossos dias os efeitos perversos da massificação. Desumanizamo-nos mais, em cada dia que passa; deixámos de ter tempo para verdadeiramente conhecer e ouvir o outro. Dificilmente hoje um estudante do Ensino Secundário encontrará as oportunidades que eu próprio tive, quando me juntei a alguns outros jovens, um poucos mais velhos, aprendendo com eles e podendo ter, todos juntos, o privilégio do incentivo de alguém não apenas sabedor e socialmente bem colocado, como sobretudo tão intrinsecamente bom do ponto de vista humano. Pergunto-me se hoje, no exercício das honrosas funções que me fazem suceder-lhe, teria, terei eu a abertura para dar a um qualquer rapaz dos liceus ou grupo universitário as mesmas facilidades de acesso às instalações do Museu que outrora nos foram a nós dadas. Tento fazê-lo. Mas angustia-me pensar não o conseguir talvez, pois a massificação distancia-nos, torna-nos desconfiados, dificulta-nos o contacto humano que é indispensável à formação de elites, as quais devem ter os museus como espaços privilegiados de afirmação. Faz-nos realmente falta reconstruir o tempo da relação humanista. E fazem-nos também falta Mestres e Amigos da craveira do Professor D. Fernando de Almeida.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALARCÃO, A. (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro. *Monumentos*. Lisboa. N.º 13, p. 118-121.
- ALARCÃO, J. (2000) – In Memoriam João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, vol. 18, p. 7-10.
- ALMEIDA, J. M. (1985) – *Evocação do Professor Doutor D. Fernando de Almeida*. Castelo Branco: Museu Tavares Proença Júnior.
- CASTELO-BRANCO, F. (1970) – Subsídios para o estudo da actividade científica do Prof. Manuel Heleno. *Ethnos*. Lisboa. vol. 7, p. 5-30.
- Conimbriga* (1993-1994). Coimbra. Vol. XXXII-XXXIII. Homenagem a J. M. Bairrão Oleiro.
- FONSECA, M. L.; FERREIRA, F. M. (1997) – *Manuel Viegas Guerreiro. Mestre da Sabedoria do Mundo*. Lisboa: Centro das Tradições Populares Portuguesas; Instituto da Cultura Ibero-Atlântica.
- GOUVEIA, H. C. (1997) – *Museologia e Etnologia em Portugal: Instituições e personalidades*. Lisboa: Universidade Nova. Tese.
- In Memoriam Prof. Doutor D. Fernando de Almeida* (1984 – 1988). *Arqueologia e História*, Lisboa. série X, volume I/II.
- José Leite de Vasconcellos. Livro do Centenário. 1858-1958* (1960). Lisboa: Imprensa Nacional.
- MACHADO, J. L. S. (1965) – Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.ª série, n.º 5, p. 1-431.
- MATOS, J. L. (1983) – In Memoriam. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, vol. 1, p. 11-13.
- Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* (1996). Lisboa: Colibri.
- NETO, M. C. S. (1978) – Luís Chaves, arqueólogo. *Broteria*. Lisboa. 106: 4, p. 462-468.
- Programa para a instalação do Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcellos na Cidade Universitária, de que foi relator o Prof. Doutor Manuel Heleno* (1965). *Ethnos*. Lisboa. vol. 4, p. 63-74.
- RAPOSO, L. (1997) – O Prof. Viegas Guerreiro e o 'Museu de Belém'. *Jornal de Letras*. Lisboa. N.º 695, p. 16.
- Testemunhos sobre o Prof. Doutor Manuel Viegas Guerreiro* (1997). *Revista Lusitana*. Lisboa. Nova série, n.º 16.
- SERRÃO, E. C. (1984-1988) – O Professor Doutor D. Fernando de Almeida. *In Memoriam Prof. Doutor D. Fernando de Almeida. Arqueologia e História*. Lisboa, série X, volume I/II, p. 9-14.
- Stilus. Revista de Cultura Regional*. (2000). Faro. N.º 3, Julho/Dezembro.
- VASCONCELLOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ANEXOS – DOIS TEXTOS INÉDITOS DE D. FERNANDO DE ALMEIDA

APONTAMENTOS PARA UMA BASE SOBRE A QUAL DEVERÁ SER ELABORADO O ANTE-PROJECTO DA PLANTA DO FUTURO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, EM LISBOA

Em reunião da J. N. E. foi decidido que o signatário visitaria museus de Arqueologia para melhor se documentar e melhor poder elaborar os apontamentos que se seguem. E esclarece que além dos museus no final indicados com as suas plantas, outros poderiam ser acrescentados e que são também do seu conhecimento: mas achou desnecessário fazê-lo, pois o que se segue será suficiente para princípio de discussão.

Não será somente um museu de Arqueologia que deverá ser criado em Lisboa, mas, segundo penso, dois museus:

1. Museu Nacional de Arqueologia, onde se exporão ao público em geral, devidamente ordenadas, peças demonstrativas do rico espólio arqueológico recolhido no país e conservadas no Museu Nacional de Arqueologia, bem como outras que, ao longo do tempo nele venham dando entrada não só ali como no museu seu sucessor.
2. Museu didáctico de Arqueologia, onde estarão patentes, ao público, com especial atenção pelos estudantes, não só peças arqueológicas, portuguesas, mas, praticamente, pelo menos de todo o ocidente europeu: isto, pela dificuldade de poderem ser reunidas peças arqueológicas autênticas de todo o mundo. Refiro-me a peças-tipo, demonstrativas de um período ou de uma época. Naturalmente neste Museu a grande maioria dos materiais será constituída por cópias fiéis; haverá também maquetas de monumentos e alguns dioramas. Um museu deste tipo deverá ser criado junto de cada uma das Faculdades de Letras.

O museu que nos interessa aqui e para o qual recebemos o encargo de alinhar estas notas é o do primeiro tipo, isto é, um museu para o público em geral; contemporaneamente, como qualquer museu, deverá ser também um local aberto à investigação, tanto de cientistas nacionais como estrangeiros.

Esquemáticamente propomos a divisão e ocupação dos espaços que adiante se sugerem e que deverão servir de base à elaboração do ante-projecto do museu.

A planta poderá ser rectangular ou descrevendo um quadrado, com pátio central, de preferência arborizado e ajardinado.

As salas de exposição destinadas ao público, deverão estar todas no mesmo piso. Em um piso inferior ficarão as reservas e alguns gabinetes para investigação.

Pelo que diz respeito às aberturas para iluminação e arejamento das salas de exposição, não deverá haver preocupação especial, porquanto estas salas não terão janelas, pois serão iluminadas artificialmente, com feixes de luz vindos do tecto e facilmente orientáveis consoante as necessidades de valorização dos objectos expostos. Naturalmente, também haverá luz própria nos vários mostradores; será utilizada ou não, conforme as circunstâncias. Este sistema favorece a manutenção de uma iluminação e temperatura constantes e adequadas, além de evitar a poluição quase totalmente. É evidente a necessidade de arejamento condicionado. Deverá ser prevista a desumidificação.

O museu terá, naturalmente, três portas. Destas, uma estará praticamente sempre fechada: refiro-me à porta por onde entrarão, e também poderão sair, os objectos a recolher e tratar nas reservas. As outras duas portas serão: a porta principal, para acesso dos visitantes às salas de exposição, e uma porta de serviço directo do exterior para o laboratório. Naturalmente esta porta pode ser evitada, mas reputo-a necessária para não se misturarem funcionários de laboratório com visitantes, de modo a que aqueles possam ter garantido o seu sossego.

A porta principal, com o seu guarda-vento, dará para o grande vestíbulo de entrada. Este deverá ser suficientemente amplo para nele se proceder em balcões próprios, à venda dos bilhetes de entrada (embora pense que o acesso deverá ser livre, como no Museu Britânico), de catálogos, de livros de arqueologia, de postais, diapositivos e reproduções de peças expostas, painéis para afixação de cartazes com indicações úteis para o visitante; bengaleiro, cabides e arrumação de objectos portáteis. Uma planta do Museu deverá ser fornecida a cada visitante, para sua orientação, o que dispensará uma grande planta fixada na parede, ou exposta por qualquer forma.

A instalação de um PBX é indispensável e poderá estar a cargo do bilheteiro. As linhas para o exterior não excederão 4 ou 5, por dever haver telefones internos.

O vestíbulo deverá, por outra porta, dar acesso à grande biblioteca especializada do museu, que poderá comportar à volta de 50.000 volumes. A sala de leitura deverá servir para cerca de 50 leitores. Haverá um gabinete para o bibliotecário e outro para três catalogadores. Não são demais os espaços destinados a estes funcionários, para além dos livros, diariamente chegam revistas de todo o mundo, recebidas em troca da revista do museu. E, por outro lado, há que proceder,

periodicamente, à embalagem desta revista para ser expedida; se houver espaço poderá ser-lhe reservado, um pequeno gabinete privativo.

Funciona no actual Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, o Instituto de Arqueologia, História e Etnologia. Se esta entidade for também agregada ao novo museu, necessitará igualmente de uma instalação para as suas actividades. No entanto, atendendo a que poderá servir-se da sala de conferências para as suas sessões, bastará instalá-la em uma pequena sala onde funcionará a sua secretaria. Ainda nesta zona, perto da porta principal do museu, deverá ser instalada a secretaria geral com lugar para quatro funcionários; o gabinete do director do museu e gabinete para, pelo menos, quatro conservadores, se possível independentes. Poderão ter todos uma sala de espera comum, destinada a quem procurar o director ou algum dos conservadores. Uma sala para exposições temporárias, com dimensões de, pelo menos, 20x10 metros, é indispensável; deverá ter acesso fácil para o exterior, de modo a que os seus visitantes não perturbem aqueles outros que irão ver as salas de exposição permanente do museu.

Finalmente em ligação directa com o vestíbulo estará a primeira sala de materiais arqueológicos em exposição, a que se seguirão as seguintes, todas ordenadas cronologicamente.

As salas de exposição permanentes serão rectangulares e cada uma delas poderá ser septada por divisórias mobilizáveis. Cada sala destinar-se-á a determinado período arqueológico.

No actual Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, conhecido por Museu de Belém, as peças que estão expostas ao público, com os seus mostradores, ocupam uma área de 1.793 m². Os materiais arrumados metodicamente nas reservas, distribuem-se por 2.093 m². A parte etnológica do dito museu ocupa, respectivamente, 210 a 241 m².

Necessariamente, a parte arqueológica guardada na reserva do actual museu, não deve continuar nessa situação, pois é indispensável torná-la em parte, patente ao público, como a rica série de placas de xisto, a bela colecção de marfins esculpidos, a joalharia arcaica, etc. Por outro motivo, aquelas superfícies referidas para a exposição deverão ser acrescentadas, no novo museu, pelo menos com mais 500 m².

Com a actual tendência de procurar guardar os materiais arqueológicos encontrados, no lugar ou perto do lugar onde um dia "viveram", as novas entradas no Museu não serão muitas. Algumas, mesmo, das peças ali guardadas actualmente, sairão um dia para regressarem aos lugares onde foram encontradas. Tudo somado e calculado, poderemos supor que o novo museu necessitara de 3.000 m² para exposição de objectos e 4.000 m² para as suas reservas e arrumações.

Nas salas para exposição, adiante descriminadas, será útil utilizar dioramas: o público compreenderá melhor através dessa evocação, as peças que por vezes monotonamente se seguirão ao longo das prateleiras dos mostradores.

As salas distribuir-se-ão assim:

SALA I

Paleolítico inferior

Paleolítico médio

Paleolítico superior

Ilustrações:

a) homem do Paleolítico inferior

b) cópia das pinturas da gruta do Escoural.

Alguns mostradores serão dedicados, no total ou em parte a determinadas estações arqueológicas.: calculamos ao todo umas oito estações para individualizar.

Área – 150 m²

SALA II

Epipaleolítico

Diorama: as cabanas e os homens de Muge. Cópias de crâneos de Muge (um dolococéfalo outro braquicéfalo, ou melhor, mesaticéfalo)

Área – 100 m²

SALA III

Neo-eneolítico

Diorama: um menhir

uma anta

um cromlech

Aqui incluir-se-ão o campaniforme e a cultura dolménica, pelo que necessita maior superfície que a anterior.

Área – 200 m²

SALA IV

Bronze

Maquetas das fortificações: Vila Nova de S. Pedro e Zambujal

Joalheria arcaica deste período (tudo cópias dos melhores originais na Casa Forte do actual Museu.

Área – 200 m²

SALA V

Protohistória

Mostrador: Fenício, cartaginês, grego (?)

Cultura Ibérica com uma secção epigráfica

Cultura Castreja e além dos mostradores, pedras castrejas insculpidas, Joalheria arcaica castreja (cópias).

Diorama de um castro: Briteiros?

Área – 200 m²

Poder-se-ão incluir aqui, em outra sala, entre a V e a VI as colecções egípcia, grega e romana não lusitana, para demonstração e às vezes comparação.

SALA VI

Lusitano-romano

Sala dos guerreiros lusitanos e suas divindades (lápides); fragmentos escultóricos de Endovélico.

Escultura romana

Estações: Conimbriga

Tróia

Torre de Palma, mosaicos

Aljustrel e Mértola

Ameixial

Pisões

A colecção de mosaicos do Museu será distribuída por estas salas lusitano-romanas

Dioramas: Templo de Diana

Santuário campestre de Miróbriga

“Villa de Torre de Palma”

“Villa de S. Cucufate”

Fórum de Conimbriga

Teatro romano de Olisipo

Ponte de Vila Formosa

Área – 300 m²

SALA VII

Objectos lusitano-romanos de diferentes estações.

Joalheria romana (cópias).

Área – 200 m²

SALA VIII

Epigrafia lusitano-romana

Área – 200 m²**SALA IX**

Paleocristã

Visigótica

Maquetas: S. Frutuoso

Catedral da Idanha

Área – 150 m²**SALA X**

Muçulmana

Diorama – 1 castelo (Alcácer ?)

Área – 100 m²**SALA XI**

Portuguesa

Idade Média tardia

Área – 100 m²**SALA XII**

Portuguesa

Renascimento

Idade Moderna e Contemporânea (até ao sec.XIX, incl.)

Área – 100 m²

Segundo as áreas propostas, tanto para as salas de exposição permanente, como para a temporária, verificamos ficarem ocupados 2.100 m². A diferença entre esta área e a proposta global do 3.000 m², reputamo-la indispensável para o crescimento do Museu (col. Salazar, por exemplo), novas entradas, enfim, para serem utilizados á medida que se tornar conveniente faze-lo.

Finalmente, para serviço do público, deverá haver uma cantina-restaurante com os respectivos serviços sanitários. Terá uma secção independente para o pessoal menor, que ali deverá ter também os seus guarda-fatos e serviços sanitários.

Um lugar de preponderância deverá ser dado ao laboratório do museu, que funcionará, como disse, mas independentemente dos outros serviços.

O laboratório deverá ter um director privativo, com gabinete próprio, Outro gabinete será destinado ao pessoal especializado; e um outro servir-lhe-á para repouso, ou pequenas reuniões, etc. Este laboratório funcionará ao lado do museu, integrado ou não no mesmo edifício, mas com entrada independente. Deverá prever-se que o laboratório poderá trabalhar não só para o museu, mas também para os outros museus do país bem como para quem procurar a sua ajuda.

O laboratório necessita de gabinetes para tratamentos de peças, exames, reparações, reconstituições, cópias, fotografias e desenhos. Por exemplo, em museus que visitamos os laboratórios constavam, de uma maneira geral, dos seguintes departamentos de que enunciamos as respectivas finalidades:

1. Determinação do C. 14
2. Termo-luminescência
3. Espectroscopia
4. Exames pela incandescência
5. Radiografia-Raios secundários
6. Microscopia
7. Tratamento de madeiras arqueológicas
8. Tratamento de cerâmicas
9. Tratamento de vidros
10. Tratamento de mármore
11. Tratamento de metais
12. Ourivesaria
13. Cópias electrolíticas
14. Pintura e acabamento
15. Laboratório de fotografia com anexo para infra-vermelhos
16. Sala de desenho com estiradores (quatro)
17. Gabinete para fichas e computadores

Esta lista com 17 gabinetes, não é excessiva: pelo contrário, deverão existir mais quatro gabinetes de início vagos para serem ocupados logo que novos processos ou métodos surjam e os existentes continuem a ser válidos.

Poder-se-á calcular, para cada gabinete, uma área média de 8x8 metros, ou sejam 64 m².

Naturalmente todos deverão poder dispor de água e electricidade e alguns de gás, consoante as suas especialidades.

Os serviços sanitários serão gerais para o laboratório.

Reservas — Os materiais a guardar no museu ou em estudo deverão ocupar a vasta área da cave delimitada pelo piso superior, ocupado com as salas de exposição e os outros departamentos instalados nesse mesmo andar. Será muito vasta, mas isso não será demais. Para ela propomos 4.000 m²; isto é uma área superior à das salas destinadas a exposição, ou seja, para estas 3.000 m². A razão desta diferença está em que, embora sendo necessária, isso em nada prejudica o arranjo da planta, pois no piso das exposições há a contar com a sala de conferência, biblioteca, gabinetes, etc.

Este piso das reservas necessitará de um monta-cargas a sair onde for julgado mais conveniente; direi, perto ou na própria sala das exposições temporárias onde poderá ficar despercebido. Junto do monta-cargas haverá uma escada de serviço. Naturalmente o monta-cargas deverá ser instalado perto da porta para o piso inferior.

Este piso das reservas deverá ser compartimentado por forma a que vários objectos sejam nele arrumados segundo dois critérios a estabelecer: se objectos diversos corresponderem a uma mesma estação arqueológica, deverão ser arrumados ao lado uns dos outros, mas as peças avulsas poderão ser reunidas consoante os materiais respectivos: cerâmica, lápides, etc. Uma série de compartimentos iguais poderá servir perfeitamente para arrumação das reservas.

Atendendo a que muitos desses objectos serão guardados para estudo, outros para serem expostos eventualmente, é necessário que haja gabinetes para investigadores. E esses gabinetes nunca deverão ser menos de 15. A sua área pode ser reduzida, por exemplo, de 3x3 metros para cada gabinete.

Naturalmente, deverá haver junto à porta uma sala para limpeza de peças, bem como serviços sanitários.

Julgo poder este arrasado poder servir para base de discussão do anteprojecto do novo museu de arqueologia, conforme o encargo que recebi da 1.^a Sub-Secção da 2.^a Secção da J.N.E.

Concluirei que nunca se sabe ao certo, as necessidades de amanhã: por isso deverá pensar-se em um possível desenvolvimento ou da área ocupada ou de um novo piso a sobrepor aos que se propõe.

Lisboa, 14 de Novembro de 1973

O VOGAL,

(Prof. D. Fernando de Almeida)

COMO SEGUI DA ANATOMIA À ARQUEOLOGIA A MINHA PASSAGEM DA MEDICINA, QUE EXERCIA EM TEMPO COMPLETO À ARQUEOLOGIA, TAMBÉM EM TEMPO COMPLETO

Ambas as ciências têm um denominador comum: O Homem.

Métodos essenciais usados no estudo de uma e têm equivalente na outra:

1.º – Observação

o aspecto geral

os pormenores

Quanto aos pormenores:

Anatomia descritiva:

ossos

articulações

músculos

vasos

nervos, etc.

Em Arqueologia:

pedras e muros

cacos e vasilhas

ruas, corredores

Em anatomia topográfica:

regiões

planos

Em Arqueologia:

áreas

estratos

Fins:

Medicina:

Manter o corpo humano em funcionamento perfeito
e integral

Arqueologia:

Reconstituir a vida social dos homens que passaram pelas suas estações arqueológicas.

Outras notas soltas:

Medicina e cirurgia:

Reconstituir o homem físico quando este aparecer diminuído.

Arqueologia:

Reconstituir o monumento dando-lhe a sua forma primitiva.

Uso da anastilose em Medicina, ou distilose:

Enxertos de órgãos iguais ao que é substituído:

- coração
- Rim

Enxertos de materiais artificiais:

- vasos de plástico
- rim artificial

Em Arqueologia:

Substituição de uma coluna por outra igual

Substituição de um elemento da planta por outro simplesmente funcional (ferro + cimento).

A anatomia, ciência essencialmente de observação atenta e meticulosa, produz nos que a praticam um treino de atenção excelente. Por outro lado, a obrigatoriedade em Anatomia também de relatar para serem publicadas as observações realizadas, obriga a procura de bibliografia afim do trabalho realizado vir a ser publicado na revista do instituto. Foi assim que entre os vários dados a estampa figurou um de texto muito reduzido, por sinal, (três páginas), mas requisitado por cientistas de vários países, desde o Japão à América! Tudo isto baseado somente em observações directas de vários tipos da mesma artéria!

Quando da Anatomia passei à Cirurgia e à Ginecologia, a investigação continuou sempre a exercer o seu atractivo, como o prova a quase meia centena de trabalhos publicados.

O meu interesse por assuntos de carácter histórico data desde o liceu. Estava a frequentar o terceiro ano quando o professor na aula revelou o aparecimento das ruínas de Conimbriga e recordo-me ainda hoje, da impressão que o facto me deixou.

Estas minhas tendências eram conhecidas dos amigos. Foi assim que tendo ido passar umas férias a casa de uma família muito amiga, encontrei à chegada um grupo de rapazes, ali hospedados. E logo à entrada me intimaram a matricular-me na Faculdade de Letras de Lisboa, conjuntamente com eles, pois todos haviam resolvido fazer o mesmo. E como eu tinha interesse por estes assuntos, teria que acompanhá-los.

Concordei e lá fui matricular-me em Outubro, no grupo de ciências históricas e filosóficas. Dos outros do grupo só me acompanharam dois. Saiu um pelo Natal e outro pela Páscoa. Fiquei só com os colegas da idade dos meus filhos. Pensei sair também mas não achei ser digno desistir da obra começada. E para melhorar a minha situação nos intervalos das aulas (era aluno ordinário e raramente faltava) pareceu-me que uns piqueniques estreitariam as nossas relações. E assim, fomos a Tróia para tentar o terreno, depois a Conimbriga, a Monsaraz, etc. O último passeio foi a Marrocos ver as praças de África.

A propósito direi que não vim para a Faculdade para acompanhar a minha filha, que de resto, entrou somente no ano lectivo seguinte, e para outro grupo ou secção.

A frequência do curso na Faculdade correu como era de esperar. Tinha-me matriculado para sistematicamente me preparar com o fim de melhor poder aprender um certo número de conhecimentos, designadamente de Arqueologia e Etnologia. Não pretendi nunca notas altas, pois elas não tinham para a minha orientação qualquer significado. Dei-me sempre bem com todos à excepção de uma vez. Por mais estranho que pareça, tudo se resumiu a uma breve troca de palavras um pouco sérias de parte a parte.

Foi durante um exame escrito. A meio da prova, veio o contínuo avisar-me de que, da maternidade me chamavam ao telefone; ele tinha logo de início, recebido instruções minhas nesse sentido e cumpriu-as sempre sem falhar. Como o facto sucedeu pouco antes, durante um exame também escrito, da cadeira do Prof. Mário de Albuquerque, e este senhor me dissera logo, sem reboço, “vá ao telefone e se poder volte para concluir a prova, julguei poder agora repetir o pedido para o qual esperava idêntica resposta. E a resposta foi rápida: “o senhor pode ir ao telefone, mas não volta aqui!” Fiquei estarrecido, porque o meu dever era ir. E disse “Pois vou, não volto e acabo “isto” de qualquer maneira rápida”. E se bem o disse melhor o fiz. Preparava-me para rabiscar a assinatura quando

me batem no ombro: “Olhe, eu fui ao telefone, é a senhora tal que diz estar com umas dores, etc., etc., e está ao telefone”. Ouvi atentamente e o meu Professor parecia tão preocupado, que eu tive a coragem de lhe responder: “Muito obrigado pelo favor e já agora eu pedia a V. Ex.ª o favor de dizer à senhora para tomar “isto e aquilo”. Entretanto retomei o fio do discurso interrompido abruptamente na folha de exame. Poucos minutos depois volta o Professor: “A senhora diz que já tomou esses remédios e ficou na mesma”. “Pois então que tome este outro que dentro de meia hora lhe telefonarei” E lá voltou o santo Prof. Mário Chicó com o recado! Ficamos muito amigos; o primeiro trabalho de arqueologia que escrevi foi sobre umas pedras lavradas encontradas por este Mestre em uma igreja alentejana. Deu-me esses materiais que já tinha em estudo e auxiliou-me na procura de bibliografia para levar a cabo este meu trabalho inicial de Arqueologia.

Acabo o curso com defesa da tese sobre Idanha-a-Velha, a Faculdade fez o favor de a publicar e o Prof. Manuel Heleno convidou-me para seu assistente.

Com poucos intervalos fiz as provas de doutoramento e, depois para professor agregado. Uma vez que a seguir deveria apresentar-me ao concurso para catedrático, pela saída do Prof. Manuel Heleno, entendi que não se poderia trabalhar senão a sério, ou desistia da Arqueologia, ou da medicina. Optei pela última solução, embora a minha clínica não fosse para desprezar e tivesse tido boas raízes na Maternidade Alfredo da Costa, onde tanto trabalhei e tão bons amigos deixei.

Devotado ao ensino durante os cinco anos incompletos em que ocupei a cátedra, tive alunos excelentes: frequentaram os meus campos de trabalho com assiduidade e alguns deles decidiram-se já pela carreira docente, pois quatro prepararam as suas teses de doutoramento. Dois deles estão a prestar serviço nesta Faculdade, um na Pré-história, outro na Arqueologia Clássica. Um terceiro está colocado na Universidade de Lourenço Marques e o último na de Luanda (Sá da Bandeira). Há mais dois antigos alunos que esperam se decidam também a levar a bom termo o seu doutoramento, devendo um deles destinar-se à Epigrafia.

Anexo à Reitoria tem sido por mim dirigido de há seis anos o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Ao tomar posse a minha primeira preocupação foi organizar completamente a sua rica biblioteca especializada substituindo as estantes e convidando uma senhora bibliotecária arquivista para levar a bom termo os trabalhos indispensáveis para bem servir os estudiosos.

A revista do Museu, “O Arqueólogo Português” passou a sair regularmente, estando pronto o volume VI da 3.ª série, por mim iniciada dentro do formato da I Série. Para facilitar a consulta dos interessados achei indispensável mandar organizar índices em conjunto, dos trinta volumes editados pelo Prof. José Leite de Vasconcelos. Sairão em dois volumes de que o primeiro já está no prelo.

Também estão prontos para publicação os índices da História das Religiões, do mesmo autor; constituíram a tese de licenciatura de uma antiga aluna, hoje diplomada em bibliotecnia. Finalmente e ainda ligados à biblioteca foram dados à estampa em edições “fac-simile” o Cancioneiro camoneano de Fernandes Tomás e a Cartilha para os índios aprenderem a religião cristã, impressa em 1556.

Por outro lado iniciei uma nova apresentação de muitas peças do Museu, a título provisório, pois está em estudo a planta para o novo Museu de Arqueologia. Inteiramente nova, neste capítulo só montei a Sala Salazar.

Os materiais recolhidos no Museu foram oferecidos, para estudo, aos cientistas que se lhes quiseram dedicar ou organizar o respectivo catálogo. São cerca de doze investigadores que ali têm trabalhado.

Por outro lado instalei em uma pequena sala do Museu um grupo de estudantes que se têm dedicado às insculturas de Fratel. Ali trabalham e têm as suas reuniões.

Antes de concluir esta série de notas sobre a minha actuação na Faculdade e no Museu não quero deixar de chamar a atenção para um problema que aflige não só arqueólogos mas muitos também dos que assistem ou sabem de verdadeiros atentados que regularmente destroem espólios de muitas áreas arqueológicas nacionais com graves consequências para a cultura.

A Arqueologia na metrópole portuguesa ainda é, em grande parte, praticada por autodidactas que exercem a sua actividade no seguimento de tantos outros arqueólogos que desde há mais de um século a vêm exercendo. Foi assim no século XVIII, quando os chamados antiquários procuravam peças de arte nas ruínas romanas ou noutras. Foi assim em Roma, em Herculano, em Pompeia. Nos princípios do século XIX depois de anos antes Winckelmann ter dado um passo em frente publicando uma história da arte desde o Egipto a Roma, que começou a desenhar-se uma concepção nova, isto é, a investigação humanista dos que produziram obras tais que não só chegaram até então, como mostravam aspectos artísticos mal suspeitados. Pelos meados do mesmo século um novo e extraordinário ramo da Arqueologia devia surgir: a Pré-história. É portanto desde o meio do século XIX que a Arqueologia, no seu conjunto abrange o estudo daquilo que a terra guarda ou exhibe à sua superfície e foi fabricado e usado por homens desde épocas remotas até períodos bem próximos de nós.

Eram todos autodidactas, fundaram sociedades e revistas, escreveram livros. É desde 1863 que architectos e outros tendo à frente Possidónio da Silva fundam a primeira Associação de Arqueólogos surgida na Península, precisamente em Lisboa. Tivemos neste capítulo homens notáveis, como Carlos Ribeiro, Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Estácio da Veiga, Santos Rocha e muitos outros. Os reis interessavam-se e protegiam a Arqueologia.

A Arqueologia acompanhou, por vezes de longe, outras ciências; foi-se modernizando até se tornar numa ciência complexa como é hoje. Ao arqueólogo já não basta escavar e descrever o que revelou. É necessário usar uma técnica de escavação adaptada a cada caso; procurar documentos que possam relacionar-se com a sua área a explorar; adquirir uma formação humanista integral que lhe permita conhecer pormenorizadamente a civilização que aparece representada nos objectos e construções por ele reveladas ou a revelar. Deve conhecer a bibliografia da área a explorar e do tempo em que ali teria havido vida humana; por fim, deve visitar os museus onde existam peças que lhe convenha conhecer. Há muito já que a escavação só por si, não basta. Também o arqueólogo não se pode bastar a si mesmo, para ser um investigador completo, dada a complexidade de elementos de que pode e deve ter noções concretas. É que há uma verdadeira série de ciências que auxiliam mais ou menos largamente o seu trabalho. Entre outras citarei as seguintes ao correr da pena:

Antropologia

Paleobotânica, Polimologia, Dentrilogia

Paleozoologia

Paleopatologia

Geologia Humana

Urbanismo

Filologia

Torêutica

Naturalmente não incluo as ciências que devem fazer parte integrante da cultura humanística do arqueólogo: Epigrafia, Paleografia, Numismática, etc.

No Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia deverá haver um laboratório de Arqueologia e nos museus distritais de arqueologia um pequeno laboratório para resolução de assuntos triviais.

Há duas razões, pelo menos, para a existência de um só laboratório completamente apetrechado: o seu custo e mantimento e, principalmente, a formação de pessoal especializado que deverá servi-lo. Neste pessoal haverá físicos (especialistas de física clássica e outros de física atómica), químicos, modeladores, fotógrafos e radiologistas, desenhadores, etc. Uma lista desses gabinetes deverá ser a seguinte:

Determinação do C.14 e, possivelmente, do Potássio-Argon

Termo luminescência

Espectroscopia

Incandescência
Radiografia e raios secundários
Fotografia (ou a corrente, ou com raios infra-vermelhos ou ultra-violeta);
Fotografia aérea
Microscopia
Tratamento de cerâmicas
Tratamento de vidros
Tratamento de metais
Tratamento de mármore
Tratamento de madeiras arqueológicas
Tratamento de ourivesaria e cópias electrolíticas
Pintura e acabamento
Fichas e computadores

Os laboratórios de Arqueologia actuarão como centros a que o investigador recorre para auxílio dos seus trabalhos. Serão um pouco como laboratórios médicos; Os alunos da Faculdade de Medicina sabem o essencial de funcionamento dos laboratórios clínicos, para estarem aptos a pedir-lhes o auxílio que elas lhe poderão vir a dar.

Há agora um ponto essencial para o futuro da Arqueologia em Portugal. Repetidas vezes se tem insistido nele, mas com resultados aleatórios. O rico espólio arqueológico do país continua a saque ao dispor de toda a gente. Ainda há dois dias ouvi dizer que a recolha de materiais, inclusivamente nas águas, foi objecto de larga colheita no verão passado. Há indivíduos, que têm agentes para percorrerem o país a apanharem o que podem com o fim de, com a sua venda, obterem largos proventos.

Há escavações executadas por incompetentes de que inclusivamente os jornais dão notícias cômicos de que divulgando o facto prestam uma boa ajuda à cultura nacional. Isto, para entretenimento, como em determinado país da América há poucos anos, pelo menos, se ia "in cor" aos domingos, como quem vai à pesca desportiva.

Constitui o rico espólio arqueológico nacional um excelente e único repositório para, assente em bases sólidas, ser elaborada uma história antiga do território hoje português, baseada somente em documentos autênticos. Esses documentos, uma vez deslocados do seu lugar, mutilados, o seu conjunto e as relações entre as várias peças, nunca mais poderão servir para um estudo sério. Dizia alguém que fazer escavações e pior ainda, digo eu, escavações, é ler um livro e, ao mesmo tempo rasgar-lhe as páginas. Enfim, uma escavação feita por quem não tiver um

exacto e actualizado conhecimento da Arqueologia, praticará um acto de lesa-pátria! Isto são factos a que é necessário por termo que mais não seja para decoro da ciência portuguesa.

O que deixei dito é mais um eco do muito que tem sido escrito e dito por muitos, sobre este mesmo assunto. Não trago qualquer novidade: mas um dia, assim o espero, e o mais rapidamente possível, será resolvido como é decoroso que o seja.

É justo e é-me agradável prestar homenagem à acção, neste capítulo, da J.N.E. Faz o que pode e lhe é permitido.

Para concluir este arrazoado recordarei sobre o que deixei dito ou daí se infere:

- A Arqueologia é hoje uma ciência altamente complexa, tendo por base uma ampla cultura humanística; dada a larga cultura que o arqueólogo deve ter, a sua formação será entregue às Faculdades de Letras; dado o seu largo aspecto de matérias indispensáveis, onde será criado um grupo próprio.
- Ainda é tempo de se por termo às razias que são praticadas pelas terras de todo o país, no campo arqueológico.
- As futuras escavações só poderão efectivamente vir a ser efectuadas por quem reunir os conhecimentos necessários para isso.

Para que tal possa ser eficazmente executado torna-se indispensável e urgente criar a profissão de arqueólogo e integrá-la em organismo próprio.

Só poderão executar a profissão os diplomados pelo grupo respectivo das Faculdades de Letras.

Deverão ser criados lugares para arqueólogos em todas as sedes de distrito, a serem preenchidos à maneira que forem surgindo inscrições autorizadas. As suas funções serão velarem pelo património arqueológico da sua área e executarem nela escavações onde for julgado necessário, dando preferência aos casos urgentes; recolhendo os espólios no museu que oferecendo reais qualidades de segurança seja o situado mais próximo do lugar onde forem encontradas as peças a recolher. Caso não haja esse museu, deverão dar entrada no Museu Nacional de Arqueologia.

Estes votos que aqui deixo ditos, terão um parágrafo único: os actuais arqueólogos autodidactas que têm dado boas provas dos seus conhecimentos não só serão autorizados a continuarem as suas escavações encetadas, como louvados pelo seu esforço tantas vezes levado a cabo contra dificuldades de ordem vária.

Foi nesta ordem de ideias que quando resolvi dedicar-me à arqueologia, me matriculei na Faculdade de Letras. E subi depois, para chegar à cátedra, os degraus do conhecido calvário, não tendo sido crucificado, por indigno de tal, mas tendo sacrificado, pela Arqueologia, um bem estar que esta não podia dar-me, mas uma satisfação intelectual que agradeço a esta casa o ter-me dado.

Saio daqui cômico de ter cumprido com o meu dever deixando um razoável grupo de investigadores a quem desejo as maiores venturas na sua carreira profissional.

O Museu tem, praticamente, a sua biblioteca em ordem, a revista passou a sair regularmente e de 300 exemplares passou para 700 e, agora, com o vol. VI, para 1000. O número de permutas com todo o mundo aumenta regularmente.

Quanto ao meu cargo de director tenho a consciência de o ter estritamente cumprido como devia e podia. É impossível numa casa de mais de 8.000 alunos, agradar a todos; e mais, muito poucos saberão, se souberem os porfiados esforços que fiz para benefícios de todos; nem sempre fui bem sucedido, como aliás era natural, mas isso é humano.

Despeço-me de todos os meus colegas, membros do Corpo Docente, que em mim continuarão a encontrar a lealdade com que sempre servi.

Despeço-me do pessoal da Secretaria, que continua a desenvolver o seu absorvente trabalho com um número reduzido de elementos, em um recinto incrivelmente acanhado. Daqui vai um abraço ao seu decano, o bom amigo Pinheiro.

Despeço-me do pessoal da Biblioteca que com tanta paciência e acerto também vai cumprindo a sua missão muito trabalhosa.

E, por fim, uma palavra muito especial para os mais humildes funcionários desta casa. Apreciei sempre as suas funções tantas vezes espinhosas. E para lhes provar a minha gratidão não termino estas palavras sem abraçar a vossa decana, a senhora Clotilde, com a amizade e respeito que sempre me mereceu.

Ao pessoal do Museu irei esta tarde apresentar-lhe as minhas despedidas e os meus agradecimentos.

Tenho dito

Lisboa, 28 de Novembro de 1973

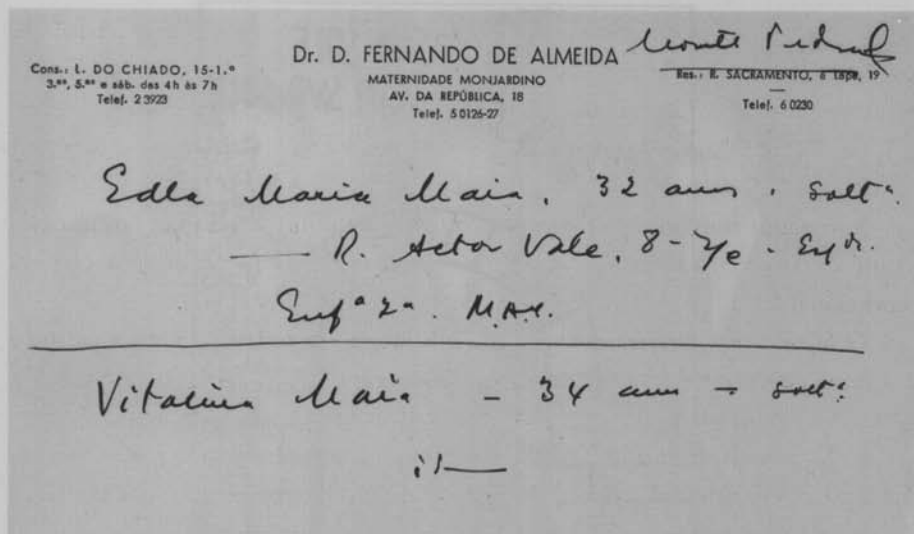


Fig. 1 – Anotação médica de D. Fernando de Almeida.

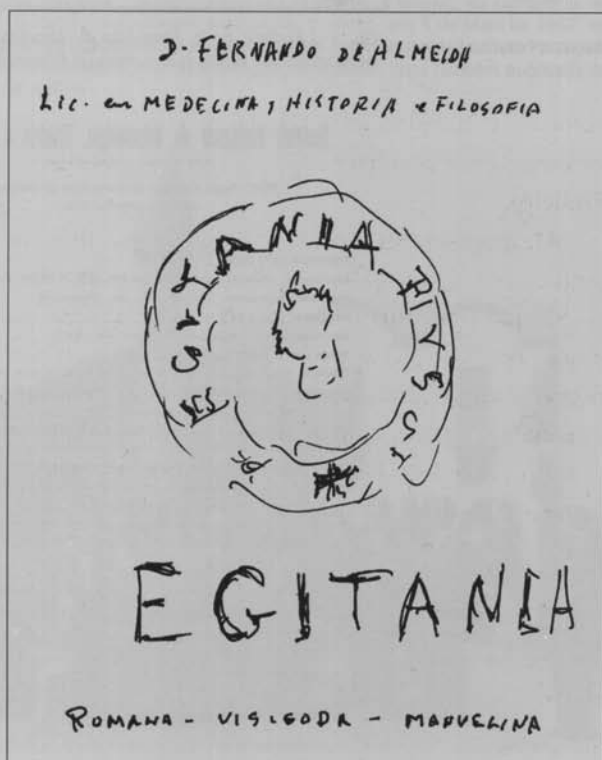


Fig. 2 – Esboço de capa da autoria de D. Fernando de Almeida, para a publicação da sua tese de licenciatura.

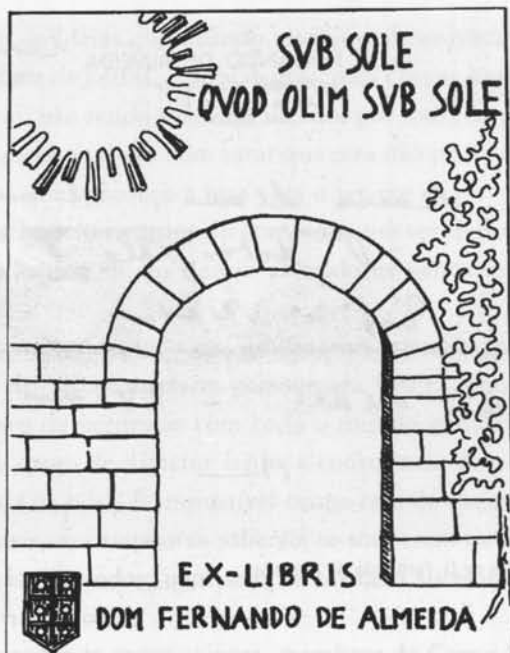


Fig. 3 – Ex-libris de D. Fernando de Almeida: [Novamente] Debaixo do Sol, aquilo que outrora [já esteve] debaixo do sol.

Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia
CREADO POR DECRETO N.º 22.338, DE 13-5-1933

SÊDE: Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcelos
ESTRADA DOS JARDIMOS — LISBOA

PROPOSTA PARA SÓCIO *Efectivo*

Nome completo *Fernando Alberto de Almeida e Silva Galbraith*

Nome literário ou pseudónimo *Fernando de Almeida*

Nacionalidade *Portuguesa*

Data de nascimento *28 de Novembro de 1903*

Situação social *Escritor*

Habilitações oficiais *Licenciado em Letras e em Direito*

Colectividades científicas a que pertence *Associação de Etnólogos e Arqueólogos Portugueses*
Associação de História da Arte e do Monumento
Associação de História da Arte e do Monumento
Associação de História da Arte e do Monumento

Nota bibliográfica dos principais trabalhos publicados pelo proponente sobre assuntos a que o Instituto se consagra *Publicações em jornais e revistas de Lisboa, Porto e Coimbra.*
Publicações em jornais e revistas de Lisboa, Porto e Coimbra.
Publicações em jornais e revistas de Lisboa, Porto e Coimbra.

ASSINATURA AUTÓGRAFA DO PROPOSTO:
Fernando de Almeida

Assinatura do redactor:
Manuel Heleno

Em sendo da Direcção de 1.º V.º 1256

O PROponente:
Fernando Alberto de Almeida

OS SÓCIOS PROPONENTES:
Manuel Heleno
Fernando Alberto de Almeida

Fig. 4 – Proposta para sócio efectivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, patrocinada por Luis Chaves, Manuel Heleno e Fernando Alberto Ricardo Bandeira Ferreira.



Fig. 5 – António Marrocos (ao centro) e seu filho, Frederico Manzarra Marrocos (à direita), na companhia de D. Fernando de Almeida (à esquerda), durante a homenagem prestada ao primeiro, em 5 de Maio de 1957, no edifício da Junta de Freguesia de Idanha-a-Velha, aquando da visita ao local de arqueólogos do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e da Associação dos Arqueólogos Portugueses (foto também publicada no jornal "Beira Baixa", em 12 de Maio de 1957).



Fig. 6 – Grupo de arqueólogos que visitou Idanha-a-Velha, em 5 de Maio de 1957, no largo do Pelourinho daquela localidade. D. Fernando Almeida é o segundo, a contar da esquerda (foto também publicada no jornal "Beira Baixa", em 12 de Maio de 1957).



Fig. 9 – Recepção de D. Fernando de Almeida (à esquerda) ao Presidente da República, Américo Tomás, à entrada do edifício recém-inaugurado da Faculdade de Letras de Lisboa, no Campo Grande, em 15 de Dezembro de 1958, na sua qualidade de secretário-geral do 1º Congresso Nacional de Arqueologia



Fig. 10 – D. Fernando de Almeida, tomando da palavra na sessão solene de abertura do 1º Congresso Nacional de Arqueologia.



Fig. 11 – D. Fernando de Almeida orientando a visita ao Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, durante o 1º Congresso Nacional de Arqueologia (em conversa com Manuel Farinha dos Santos, de gabardina na mão).



Fig. 12 e 13 – Dois aspectos das escavações dirigidas por D. Fernando de Almeida na Sé de Idanha-a-Velha, em 1959.

INSTITUTUM ARCHAEOLOGICUM
GERMANICUM

INTER VIROS EXIMIOS ET DE LITTERIS
MONUMENTISQUE AETATIS ANTIQUAE
OPTIME MERITOS QUOS CUIUSQUE POPULI
OPTIMOS PRAESTANTISSIMOSQUE
SIBI ADSCIVIT

FERNANDO DE ALMEIDA
SOCIUM ORDINARIUM

COOPTAVIT UT ETIAM EIUS OPE AUXILIOQUE
STUDIA COMMUNIA ADIUVENTUR ET
ADAUCEANTUR
DATUM BEROLINI
QUO DIE INSTITUTUM EST CONDITUM
A · D · XI KAL · MAI · ANNI MCMLXVII



IUSSU RECTORUM INSTITUTI

K. J. mef.

Fig. 16 – Diploma de nomeação de D. Fernando de Almeida como membro do Instituto Arqueológico Alemão, doado ao arquivo histórico do Museu Nacional de Arqueologia.

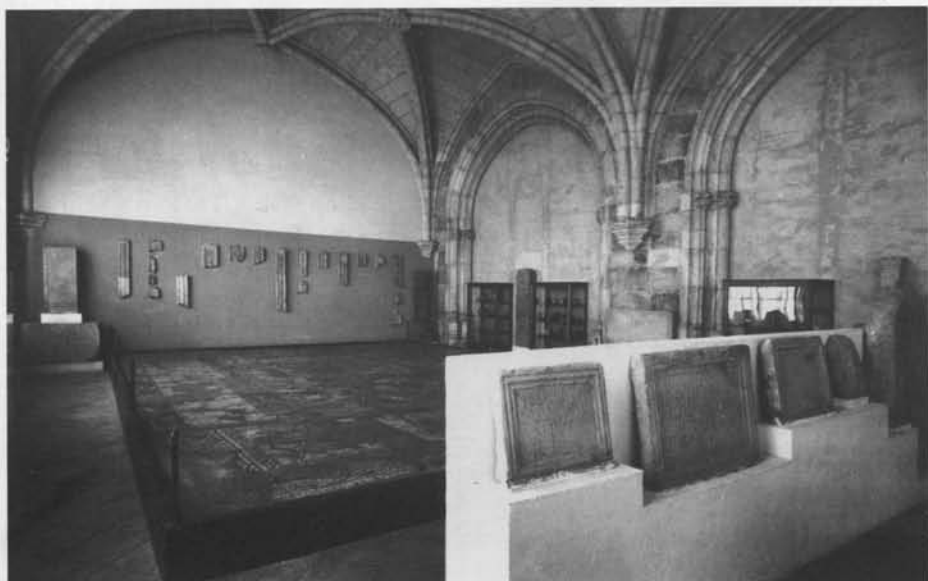


Fig. 17 – Aspecto parcial de uma das salas da exposição permanente do Museu Nacional de Arqueologia, conforme remodelação realizada sob a direcção de D. Fernando de Almeida.



Fig. 19 – Os membros do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP), junto à vitrina sobre conjuntos industriais de seixos afeixoados que, a pedido de D. Fernando de Almeida, organizaram no Museu Nacional de Arqueologia. Da esquerda para a direita: Carlos Pimenta, António Ferreira, Luís Raposo, Carlos Filipe Lopes, Vítor Oliveira Jorge, Susana Oliveira Jorge, Eduardo da Cunha Serrão, Hélia Almeida, Maria Angeles Querol, Jorge Pinho Monteiro (quase encoberto), José Mateus e Francisco Sande Lemos



Fig. 20 – O GEPP, na companhia de Eduardo da Cunha Serrão, na sala que lhe foi atribuída por D. Fernando de Almeida, no Museu Nacional de Arqueologia.



Fig. 21 – Vítor Oliveira Jorge, junto à vitrina organizada pelo GEPP, a pedido de D. Fernando de Almeida. As três fotos do GEPP aqui reproduzidas foram publicadas no jornal "Época", em 23 de Fevereiro de 1972, em artigo assinado por Luís Raposo, sob o título: "No Museu Nacional de Arqueologia, um grupo de estudantes dispostos a continuarem a obra que iniciaram: O Grupo para o Estudo do Paleolítico Português".